DocuSign Envelope ID: 83D1BF86-D95E-424C-8EEE-3294CC296A0E

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS
ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. – CASAS PERNAMBUCANAS
Reapresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020 e 2019 e Conciliação do EBITDA e EBITDA Ajustado

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas ("Pernambucanas" ou "Companhia") de 31 de dezembro de 2020 e 2019 e o presente Relatório da Administração estão sendo reapresentadas para refletir correções necessárias conforme nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras. Em função das correções realizadas, os valores de EBITDA e EBITDA Ajustado referentes aos exercícios de 2020 e 2019 devem ser lidos conforme os seguintes valores:

Conforme DF's consolidadas reapresentadas:	2020	2019
Lucro líquido	147.794	121.342
(+) Despesas financeiras	142.544	175.718
(+) Imposto de renda e contribuição social	89.085	94.290
(+) Depreciação / Amortização	243.800	208.462
EBITDA	623.223	599.812
(+) / (-) *One offs*	(216.915)	(310.226)
EBITDA Ajustado	**406.308**	**289.586**

Portanto, as demonstrações financeiras da Companhia e o respectivo Relatório da Administração anteriormente emitidos em 31 de março de 2021 devem ser desconsiderados.

Mensagem da Administração acerca do exercício de 2020

Coragem é a palavra que deve sintetizar como a Pernambucanas escolheu enfrentar a crise sem precedentes da COVID-19 que impactou o mundo ao longo de 2020. Um cenário promissor projetado no mercado se transformou em páginas em branco, repletas de incertezas, que assolaram a todos nós.

Mesmo com seus 113 anos de histórias e muitas crises superadas, a Pernambucanas nunca havia enfrentado algo desta magnitude. No entanto, tínhamos sim uma força que não se constrói de uma hora para a outra e que certamente é o principal diferencial competitivo de uma marca: a cultura. Tudo começa e termina nas pessoas e nada supera a conexão entre elas e os aprendizados compartilhados por uma rica diversidade de gerações. Cultura que une a resiliência de uma Companhia centenária que cresceu junto com o Brasil, propósito e valores sólidos, lideranças inspiradoras e a garra de uma família brasileira, que está junto para o que der e vier. E o resultado disso é o e-NPS[1] de 86 de 14 mil colaboradores que fizeram história, e uma retomada resiliente com crescimento em vendas de varejo de 14% a.a., em plena pandemia[2].

Jamais nos esqueceremos do dia 22 de março de 2020, quando todas as unidades da Companhia foram fechadas por conta da disseminação da COVID-19. O ano de 2020 tinha tudo para nos separar e mesmo assim foi o que mais nos uniu. Família é o nosso pilar mais forte e, juntos, escolhemos cuidar uns dos outros, do nosso relacionamento com os clientes e da saúde financeira da Pernambucanas. Parado a gente não podia ficar, então, a gente voou, consciente de que todo voo só termina bem, se ele for feito com segurança.

Cultura que se traduz no engajamento para realizar, inovar e evoluir

A Pernambucanas se antecipou (inclusive na campanha de vacinação contra a gripe para os seus colaboradores) e implantou um rigoroso protocolo em todas as suas unidades para diminuir o risco de contágio, além de promover uma ágil adaptação do *home office* para as equipes administrativas. Se tornou referência e *benchmarking* no varejo com as diversas medidas prontamente adotadas, além do pioneirismo no lançamento de um *chatbot* enviado diariamente a todos os seus colaboradores para avaliação e monitoramento de sintomas, que totalizou mais de 5 milhões de mensagens enviadas. Vale ressaltar que a Companhia apresentou um baixo número de casos contaminados, com raras internações e óbitos, o que demonstra a assertividade na reabertura de suas unidades, que inclusive aconteceram antes do mercado. O gerenciamento da crise na rede social interna, com vídeos diários, *lives*, cartilhas com orientações, *bots*, conquistou o 1º lugar LATAM na premiação *Facebook Customer Awards for Workplace Contest*. O reconhecimento ainda mais especial veio dos nossos próprios colaboradores, que avaliaram a comunicação com o NPS de 76 na pesquisa digital interna realizada, que também constatou que 96% deles se sentiram bem informados sobre as ações adotadas e 97% se sentem orgulhosos em fazer parte da Companhia. Outro ponto de destaque foi o recorde de milhões de mensagens instantâneas pelo *Work Chat*, que foi fundamental para a integração das equipes, maior transparência e agilidade na tomada de decisão em todas as etapas, desde o fechamento até a retomada de cada unidade com o protocolo devidamente implantando de acordo com as necessidades específicas dos decretos de diversos municípios onde atuamos.

Juntos, acolhemos as famílias brasileiras durante a pandemia: ligamos para os clientes, implantamos o acordo COVID-19, renegociamos dívidas, demos carência para pagamento de faturas. Foram mais de 15 milhões de ligações para orientá-los, mais de 335 mil clientes beneficiados com carência e cerca de R$ 100 milhões em crédito, além de disponibilizarmos o curso *online* gratuito de finanças pessoais na Universidade Corporativa Digital da Pernambucanas, que internamente é muito bem aproveitada pelos nossos colaboradores, que atingiram no ano de 2020 a marca de 1 milhão de horas em mais de 150 treinamentos digitais disponíveis[(7)].

Com as lojas fechadas, nossos esforços foram direcionados para levar a Pernambucanas a todos os clientes. O faturamento do *e-commerce* aumentou em 793% a.a. Tendo em vista o aumento no volume de pedidos, readequamos toda a operação do Centro de Distribuição Araçariguama: o número de colaboradores dedicados ao *e-commerce* aumentou em 4,2 vezes; o turno de oito horas e seis dias por semana passou para 24 horas e sete dias por semana. Também melhoramos a infraestrutura para ganhar agilidade: implantamos 30 *logins* e passamos de 6 para 11 *check outs*; aumentamos o estoque físico para elevarmos a produtividade no processo de separação de pedidos, passando de 75 mil para 130 mil peças. Outra evolução foram novas parcerias em *marketplaces*, que servem como vitrines para o nosso sortimento e canal adicional para captação de clientes para o nosso ecossistema.

Uma retomada rápida, com protocolo eficiente, estrutura *figital* madura e muita energia marcaram o início da reabertura das nossas lojas em maio de 2020 que, em um primeiro momento, atuaram como correspondente bancário, com totem de autoatendimento na frente das lojas, o que nos proporcionou um bom índice de recebimento sobre a carteira (20%) e baixa degradação (-2 p.p.) contra o ano anterior, mantendo a Companhia bem capitalizada. A evolução das iniciativas *figitais*, que já fazia parte da experiência de compra proporcionada pela marca reconhecida com o prêmio na categoria *Ominicanalidade,* pelo Lide Varejo (pelo segundo ano consecutivo), ganharam ainda mais força. E assim, outros importantes avanços foram feitos, como a estratégia de vendas pelo WhatsApp, no modelo *drive-thru*, embrião do que será o nosso canal para revendedoras, oferecendo conveniência e mais um canal de compra aos clientes, além de adicionar R$ 38 milhões em vendas para a Companhia no ano; o *roll out* do "Clique e retire" (*pick up in store)* em todas as unidades, já representando ~38% das vendas dos canais onde a modalidade é aplicável[3]; inauguração da 3ª loja conceito na icônica unidade da Consolação (SP); habilitação de 100% das lojas para operar o RFID, que hoje conta com cinco categorias aptas; e *upgrades* e desenvolvimento de novas funcionalidades nos *apps* do Varejo e do Cartão que têm contribuído para uma melhor experiência para os nossos clientes, colaborando para o crescimento exponencial do *e-commerce* no ano. As vendas *figitais,* após o crescimento de 65% a.a. passaram a ter representatividade de mais de 15% no total das vendas em 2020, um acréscimo de 6 p.p. contra o ano anterior. Assim, expandimos nossa base de cliente *figitais* que apresentam maiores NPS (+3 pontos), frequência de compra (+67%) e *ticket* médio (+109%)[(7)].

Com NPS de 77[4], a Pernambucanas também conquistou o 1º lugar na 18ª ed. do *Estudo Empresas que Mais Respeitam o Consumidor*, na categoria Lojas de Departamentos – Vestuário em 2020, o que demonstra o reconhecimento dos clientes pelo nosso atendimento de excelência e pelas iniciativas adotadas pela Companhia, que certamente se revertem na vinculação deles com a marca. Reconhecida como a 3ª mais inovadora no setor de comércio no país, pelo *Ranking* Valor Inovação 2020, aceleramos ainda mais e nos reinventamos em todas as frentes do negócio. Otimizamos o ciclo de desenvolvimento de produtos passando de 175 dias para 40 dias, o sortimento ficou ainda mais completo com 7 novas categorias, além de novas parcerias, contando com a forte atuação do Laboratório Comercial, que somado às linhas de bebê, esportiva, bijuterias, brinquedos e acessórios para *pets*, potencializou o nosso portfólio de beleza com a Multi B, do Grupo Boticário, em 45 lojas, além de expandir ainda mais a venda de produtos Jequiti para 412 lojas, que juntos contribuíram com mais de R$ 48,6 milhões em vendas no ano. Vale reforçar que já são 258 lojas com o Espaço Beleza, que permite aos nossos clientes um ambiente especial e propício à experimentação dos produtos. Outro momento marcante foi a inauguração do primeiro Espaço Disney do Brasil, em nossa loja Center Leste Aricanduva, que traz produtos licenciados exclusivos e uma experiência de compra encantadora[(7)].

Nossa capacidade de inovar expandiu os segmentos de atuação da Companhia e criou o *Pernambucanas para Empresas*, uma nova unidade de negócio B2B, que comercializa diversos produtos e oferece serviços financeiros, outro setor no qual tivemos uma evolução significativa, colaborando para o fortalecimento do nosso ecossistema ao diversificar as receitas da financeira e vincular os fornecedores por meio do crédito. A Pefisa foi a primeira *fintech* do varejo a receber autorização para operar o PIX, que já está implantado em 100% de nossas unidades. Com o forte relacionamento construído com nossos clientes, somado à identificação deles com o perfil dos nossos colaboradores, que sabem orientá-los da melhor forma, a democratização desse novo meio de pagamento e a inclusão digital financeira tornam-se cada vez mais presentes no dia a dia de milhares de brasileiros, fazendo com que a Pernambucanas chegue a mais de 306 mil chaves cadastradas, mais de 5 milhões de contas digitais, 1,2 milhão de cartões emitidos no ano, e R$ 3 milhões transacionados na carteira digital, que agora conta com novos parceiros, como iFood e Mc Donald's[(7)]. Nossa *fintech* Pefisa assume um novo valor no mercado e evidencia seu potencial para ser um dos maiores bancos digitais do Brasil. Além disso, segue ampliando seu portfólio, com novos produtos como o microsseguro "Cuidar Mais Pernambucanas", em parceria com a AXA, com foco na saúde e bem-estar dos nossos clientes.

A Pernambucanas encerrou o ano de 2020 com o marco de 412 lojas, combinando resultados financeiros com prosperidade social, e segue firme transformando o seu propósito de *Evoluir junto com as famílias brasileiras* em ação.

Juntos, acolhemos o nosso país, gerando mais de 1.100 empregos diretos nas 38 novas lojas inauguradas que somaram R$ 125 milhões em vendas, 43 mil apólices de seguros, 55 mil assistências, 115,5 mil cartões emitidos e 40,5 mil contas digitais ativadas, colaborando para a evolução da economia e para a democratização do acesso a produtos e serviços financeiros[(7)]. Nosso caminhão, loja itinerante da Pernambucanas que anuncia a chegada de uma unidade da marca na região, só podia seguir rumo à estrada do crescimento. Quando falamos de uma história de 113 anos, carregamos além de um legado, uma grande responsabilidade. Nenhuma página jamais poderia ficar em branco, isso não combinaria com a gente. Mais do que manter o seu plano de expansão em plena pandemia e levar seus produtos e serviços para outras regiões do país, a Pernambucanas levou oportunidade, acolhimento, inovação e trouxe a cor da esperança para milhares de famílias brasileiras e de vidas que ajudamos a transformar, quebrando mais um recorde com 38 novas unidades.

Juntos, acolhemos os nossos fornecedores, concedendo crédito a eles no momento em que mais precisaram e unindo nossas forças para superarmos todas as adversidades impostas pela pandemia da COVID-19.

Também demonstramos o nosso apoio e homenageamos nossos heróis da saúde, com a doação de 100 mil máscaras de proteção à Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, Hospital de Amor, Hospital Geral de Guarulhos, Hospital Regional de Sorocaba, Hospital Lourenço Jorge e Maternidade Leila Diniz. Já com o projeto em parceria com a editora MOL, desenvolvemos o livro "Família é tudo", escrito com a colaboração de nossos colaboradores, cuja venda em nossas lojas foi revertida ao GRAACC, contribuindo com R$ 150 mil em prol do tratamento do câncer infantil[(7)].

Publicamos o 1º Relatório de Sustentabilidade da Pernambucanas (metodologia GRI), evidenciando projetos e indicadores em linha com uma atuação comprometida com os pilares sociais, ambientais e econômicos. Nesse âmbito, vale destacar a evolução do Projeto Oficina Escola, em parceria com o SENAI, e que já contribuiu para a formação de 5 turmas profissionalizantes compostas por pessoas desempregadas de baixa renda e que ganharam a oportunidade de inclusão no mercado de trabalho. Só em 2020, revitalizamos cerca de 4 mil manequins, que retornaram às lojas com novo acabamento e pintura, junto a outros 30 mil equipamentos que foram restaurados ou fabricados para equipar nossas lojas. Sinônimo de eficiência, a iniciativa também gerou uma economia de R$ 2 milhões para a Companhia com a produção interna, sendo que parte desse valor será aplicado de volta no projeto para promover mais capacitações e empregos[(7)].

Mais uma vez, a Companhia de 113 anos ratificou, por meio de estratégia convergente com os próprios valores e execução efetiva, que é possível evoluir com as famílias brasileiras e, ao lado delas, gerando resultados e acelerando as inovações. A importante retomada das vendas do varejo[2] (+14% vs Ly)[2] mesmo sob restrições de funcionamento, possibilitada pelos protocolos efetivos, engajamento dos colaboradores (e-NPS[1] 86) e suporte do *figital* (+65% vs Ly), somada à estratégia de crédito que apreciou a carteira (índice de cobertura[5]: 136% dez/20 vs 90% Ly), vinculou os clientes (NPS dez/20 +6 pontos vs Ly) e reduziu as perdas de crédito (Perda Líquida/ANR[6] -3,9 p.p. vs Ly), compensou parcialmente a queda nas receitas com produtos financeiros, que foi impactada pela retração da carteira de crédito e ações relacionadas ao "Acordo Covid" como reduções de taxas, tarifas, juros e maiores condições de pagamento para aliviar a vida financeira dos nossos clientes. Assim, a Pernambucanas foi capaz de gerar caixa operacional no ano, com EBITDA Ajustado positivo em R$ 415 milhões em 2020 versus R$ 241 milhões em 2019, beneficiado ainda pela venda de 66 imóveis ao fundo CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO CORRETORA DE VALORES S.A., após uma avaliação criteriosa das condições e das oportunidades do mercado imobiliário, cuja operação realizou importante ganho financeiro e levantou recursos para amortização de dívidas e equalização da estrutura de capital, trocando ativos de baixa liquidez por alta liquidez, capitalizando o *core business* do varejo de alto giro. Dessa maneira, mesmo sob um cenário adverso, foi possível crescer os investimentos em +15% contra o ano anterior, permitindo a expansão de lojas e a aceleração das inovações e, ao mesmo tempo, reduzir a dívida líquida em 59% contra o ano anterior, o menor patamar de dívida dos pelo menos últimos 14 anos[(7)].

Queremos dividir essas conquistas e agradecer a energia e o engajamento incondicional dos nossos mais de 14 mil colaboradores, a confiança dos nossos acionistas, fornecedores e parceiros e, especialmente, aqueles que foram o nosso porquê em cada decisão: as famílias brasileiras. A mais antiga *start up* e *fintech* do país continuará se reinventando e acolhendo as necessidades dos clientes e do negócio e, no próximo ano, seguirá com seu ciclo de expansão, gerando empregos e fortalecendo o seu ecossistema de relacionamento, com sua experiência *figital*, a diversificação de seus produtos e serviços e sua capacidade de inovação, inspirada pelo compromisso com o legado que essa marca representa para nós e para o Brasil.

(1) Employee Net Promoter Score, dez/20
(2) Crescimento vendas varejo de jul/20 a dez/20 vs Ly (Ly = *Last year*)
(3) *Site* Pernambucanas, App Pernambucanas, *tablet*, WhatsApp, maio/2020 a dez/2020
(4) Net Promoter Score, dez/20
(5) Estoque de PDD / Carteira acima de 90 dias de atraso
(6) Average Net Recivables 12 meses
(7) Números não auditados

São Paulo, 28 de abril de 2022

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019, E 1° DE JANEIRO DE 2019
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	Controladora 2020 (Reapresentado)	Controladora 2019 (Reapresentado)	Controladora 1º de janeiro de 2019 (Reapresentado)	Consolidado 2020 (Reapresentado)	Consolidado 2019 (Reapresentado)	Consolidado 1º de janeiro de 2019 (Reapresentado)
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	754.845	561.752	425.649	1.514.889	1.090.673	1.129.923
Contas a receber	6	761.991	745.121	802.692	2.320.348	2.467.696	2.365.941
Estoques	7	378.270	295.769	270.493	443.311	356.083	281.522
Impostos a recuperar	9	333.168	308.729	388.473	333.707	323.159	390.281
Instrumentos financeiros derivativos	10	143.347	78.943	15.868	143.347	78.943	23.805
Outros créditos	11	81.878	84.135	52.928	178.978	180.647	144.708
Total do ativo circulante		2.453.499	2.074.449	1.956.103	4.934.580	4.497.201	4.336.180
Não circulante							
Aplicações financeiras	5	-	-	-	44.913	-	-
Contas a receber de clientes	6	-	-	-	74.127	22.736	24.335
Impostos a recuperar	9	122.471	351.423	547.496	195.822	408.945	592.955
Instrumentos financeiros derivativos	10	-	15.164	42.663	-	15.164	42.663
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	177.582	183.926	145.000	461.477	490.173	420.103
Depósitos judiciais	19	66.920	65.604	59.002	67.358	66.064	59.903
Outros créditos	11	3.019	5.902	6.102	10.261	9.304	12.374
Total do ativo realizável a longo prazo		369.992	622.019	800.263	853.958	1.012.386	1.152.333
Propriedade para investimentos	13c	-	-	-	156.894	156.739	206.635
Investimentos	13	997.968	992.450	821.706	-	-	-
Imobilizado	14	462.672	457.497	485.892	594.212	638.258	585.118
Direito de uso	15	1.077.186	978.263	-	1.077.186	751.485	-
Intangível	16	91.385	43.706	38.201	174.991	116.895	106.784
		2.629.211	2.471.916	1.345.799	2.003.283	1.663.377	898.537
Total do ativo não circulante		2.999.203	3.093.935	2.146.062	2.857.241	2.675.763	2.050.870
Total do ativo		5.452.702	5.168.384	4.102.165	7.791.821	7.172.964	6.387.050

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Controladora 2020 (Reapresentado)	Controladora 2019 (Reapresentado)	Controladora 1º de janeiro de 2019 (Reapresentado)	Consolidado 2020 (Reapresentado)	Consolidado 2019 (Reapresentado)	Consolidado 1º de janeiro de 2019 (Reapresentado)
Circulante							
Fornecedores	17	1.088.484	841.978	773.320	2.009.725	1.824.723	1.725.170
Empréstimos e financiamentos	18	538.985	624.511	283.236	759.154	662.519	429.833
Obrigações trabalhistas		116.328	115.056	104.908	128.169	127.109	112.471
Obrigações fiscais		104.144	88.781	121.759	113.716	94.643	130.301
Instrumentos financeiros derivativos	10	117.683	39.632	16.297	117.683	39.632	16.297
Dividendos a pagar	22	52.250	39.354	61.000	52.250	39.354	61.000
Imposto de renda e contribuição social a pagar		47.298	62.263	178.755	59.117	84.778	205.695
Passivo de arrendamento	15	233.691	188.098	-	233.691	151.485	-
Demais contas a pagar	20	206.606	159.765	166.919	198.880	112.591	113.959
Total do passivo circulante		2.505.469	2.159.438	1.706.194	3.672.385	3.136.834	2.794.726
Não circulante							
Fornecedores	17	533	638	725	647	638	725
Passivo a descoberto de investida		83	75	67	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	18	394.079	553.023	805.558	1.101.000	1.309.534	1.559.596
Obrigações fiscais		-	-	-	2.278	1.246	350
Operações com derivativos		-	-	3.390	-	-	3.390
Provisão para demandas judiciais	19	25.605	24.769	28.254	477.254	470.052	456.429
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	2.618	2.641	-	15.515	14.093	12.046
Passivo de arrendamento	15	919.840	826.997	-	919.840	634.477	-
Demais contas a pagar	21	132.601	145.171	160.785	131.395	150.812	162.950
Total do passivo não circulante		1.475.359	1.553.314	998.779	2.647.929	2.580.852	2.195.486
Patrimônio líquido							
Capital social	22	585.000	513.000	460.000	585.000	513.000	460.000
Reservas de lucros	22	886.106	941.622	936.492	886.106	941.622	936.492
Ajuste de avaliação patrimonial		768	1.010	700	768	1.010	700
		1.471.874	1.455.632	1.397.192	1.471.874	1.455.632	1.397.192
Participação dos não controladores		-	-	-	(367)	(354)	(354)
Patrimônio líquido total		1.471.874	1.455.632	1.397.192	1.471.507	1.455.278	1.396.838
Total do passivo e patrimônio líquido		5.452.702	5.168.384	4.102.165	7.791.821	7.172.964	6.387.050

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Controladora 2020 (Reapresentado)	Controladora 2019 (Reapresentado)	Consolidado 2020 (Reapresentado)	Consolidado 2019 (Reapresentado)
Receita	24	2.818.840	2.946.494	3.687.795	4.178.569
Custo das vendas e dos serviços prestados	25	(1.796.099)	(1.774.917)	(1.865.890)	(1.865.521)
Lucro bruto		1.022.741	1.171.577	1.821.905	2.313.048
Despesas com vendas	25	(961.582)	(875.926)	(934.191)	(886.986)
Despesas gerais e administrativas	25	(349.696)	(359.443)	(596.980)	(671.114)
Incobráveis baixados - líquido das recuperações	25	-	369	(360.939)	(535.177)
Participação nos lucros de controladas	13	54.839	76.220	-	-
Outros resultados operacionais	26	523.466	235.394	398.486	84.720
Resultado antes das depesas financeiras líquidas e impostos		289.768	248.191	328.281	304.491
Receitas financeiras	27	50.493	85.880	51.142	86.859
Despesas financeiras	27	(139.343)	(172.159)	(142.544)	(175.718)
Despesas financeiras, líquidas		(88.850)	(86.279)	(91.402)	(88.859)
Resultado antes dos impostos		200.918	161.912	236.879	215.632
Imposto de renda e contribuição social corrente	12b	(37.788)	(75.440)	(73.919)	(157.551)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12b	(15.336)	34.870	(15.166)	63.261
		(53.124)	(40.570)	(89.085)	(94.290)
Lucro líquido		147.794	121.342	147.794	121.342
Atribuível a					
Acionistas da Companhia				148.562	122.352
Participação dos não controladores				(15)	-
				148.547	122.352
Lucro líquido básico e diluído por ação - R$	29			0,99	0,81

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2020 (Reapresentado)	Controladora 2019 (Reapresentado)	Consolidado 2020 (Reapresentado)	Consolidado 2019 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício		147.794	121.342	147.794	121.342
Itens que não serão reclassificados para o resultado:					
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	21	768	1.010	768	1.010
Total do resultado abrangente do exercício		148.562	122.352	148.562	122.352
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				148.562	122.352
Participação dos não controladores				(15)	-
				148.547	122.352

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2020 (Reapresentado)	Controladora 2019 (Reapresentado)	Consolidado 2020 (Reapresentado)	Consolidado 2019 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		147.794	121.342	147.794	121.342
Ajustes					
Depreciação e amortização	14|15|16	220.971	187.458	243.800	208.462
Valor residual das baixas do ativo permanente	26	2.995	(19.125)	2.995	(15.621)
Ajustes a valor justo		-	-	6.851	-
Baixas PPI (Propriedade Para Investimento)		139.625	227.051	139.625	227.051
Ganho na venda de participação societária		(137.048)	-	(276.673)	(244.172)
Ganho de capital em investida		(357.957)	(244.172)	(218.332)	-
Resultado da equivalência patrimonial	23	(54.839)	(76.220)	-	-
Atualização de derivativos		20.395	(4.116)	(4.314)	(4.116)
Atualização de empréstimos e arrendamentos	14|15	124.780	204.113	189.157	248.905
Despesa de imposto de renda e contribuição social - corrente	12	37.788	75.440	73.919	157.551
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferido	12	15.336	(34.870)	15.166	(63.261)
Provisão para contingências	19	836	(3.485)	7.202	13.625
Provisão para créditos de realização duvidosa		-	-	(66.341)	160.632
Provisão para perda de estoque		(2.148)	(9.738)	(2.148)	(12.094)
		158.527	423.678	258.701	798.304
Variações de ativos e passivos					
Contas a receber		3.095	57.967	219.083	(260.669)
Estoques		(80.330)	(21.452)	(86.954)	(31.380)
Impostos a recuperar		149.704	86.039	94.122	75.948
Depósitos judiciais e cauções		(1.316)	(6.602)	(1.294)	(6.161)
Demais ativos		3.898	(31.007)	(583)	(32.869)
Operações com derivativos		28.811	(15.631)	33.125	(4.645)
Fornecedores		246.555	67.989	185.164	98.883
Salários e encargos sociais		1.272	10.148	1.061	14.638
Impostos e taxas a recolher		17.378	(32.978)	20.652	(34.763)
Demais contas a pagar		39.352	(22.768)	67.640	(16.555)
Caixa proveniente das operações		566.946	515.383	790.717	600.731
Juros pagos	15|18	(98.530)	(85.603)	(101.374)	(98.194)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.052)	-	(27.337)	(104.684)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		464.364	429.780	662.006	397.853
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Dividendos recebidos		-	8.303	-	-
Venda de participação societária		454.495	-	454.495	-
Aumento de capital em investida	13	(12.024)	(20)	-	(267)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	14|16	(184.045)	(151.679)	(213.406)	(148.514)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimentos		258.426	(143.396)	241.089	(148.781)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de arrendamentos	15	(177.355)	(146.746)	(177.355)	(131.617)
Captações e financiamentos	18	766.002	311.100	1.482.365	418.605
Pagamentos de empréstimos	18	(976.043)	(228.635)	(1.596.675)	(489.310)
Dividendos pagos		(142.301)	(86.000)	(142.301)	(86.000)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(529.697)	(150.281)	(433.966)	(288.322)
Aumento (redução) líquido de caixa e de equivalentes de caixa		193.093	136.103	469.129	(39.250)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		561.752	425.649	1.090.673	1.129.923
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		754.845	561.752	1.559.802	1.090.673
Variação no caixa e equivalentes de caixa		193.093	136.103	469.129	(39.250)

www.pernambucanas.com.br

(Continua...)

DocuSigned by:
Gazeta de S.Paulo
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 22:23:56 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

DocuSign Envelope ID: 83D1BF86-D95E-424C-8EEE-3294CC296A0E

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS
ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

(...continuação)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receitas		4.423.607	4.315.736	5.017.735	4.885.011
Vendas de mercadorias, líquidas de cancelamentos e devoluções	24	3.855.384	4.025.358	3.870.099	4.050.050
Produtos e serviços financeiros	24	44.757	54.984	1.110.090	1.285.418
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	25	-	-	(360.939)	(535.177)
Outros resultados operacionais	26	523.466	235.394	398.486	84.720
Insumos adquiridos de terceiros		(2.327.900)	(2.394.621)	(2.722.673)	(2.750.202)
Custo das vendas de mercadorias e serviços prestados	25	(1.796.099)	(1.774.917)	(1.865.890)	(1.865.521)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(562.101)	(661.208)	(892.607)	(925.933)
Perda / recuperação de valores ativos		30.300	41.503	35.824	41.252
Valor adicionado bruto		2.095.707	1.921.115	2.295.062	2.134.809
Depreciação e amortização	25	(195.990)	(185.213)	(217.513)	(194.710)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		1.899.717	1.735.902	2.077.549	1.940.099
Valor adicionado recebido em transferência		105.333	162.100	106.523	161.379
Resultado de equivalência patrimonial	13	54.839	76.220	55.381	74.520
Receitas financeiras	27	50.493	85.880	51.142	86.859
Valor adicionado total a distribuir		2.005.050	1.898.002	2.184.072	2.101.477

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Distribuição do valor adicionado		(2.005.050)	(1.898.002)	(2.184.072)	(2.101.477)
Pessoal e encargos		(520.272)	(538.519)	(564.369)	(581.480)
Remuneração		(408.963)	(402.418)	(442.603)	(432.721)
Benefícios		(68.758)	(82.145)	(74.016)	(88.876)
FGTS		(35.005)	(40.264)	(36.751)	(42.382)
Outros		(7.546)	(13.693)	(10.999)	(17.501)
Impostos, taxas e contribuições		(1.032.316)	(1.043.359)	(1.104.448)	(1.141.439)
Federal		(366.426)	(357.784)	(432.617)	(448.356)
Estadual		(664.935)	(684.230)	(665.033)	(684.409)
Municipal		(955)	(1.345)	(6.798)	(8.674)
Remunerações de capitais de terceiros		(276.567)	(242.677)	(339.360)	(305.111)
Juros		(171.778)	(156.513)	(173.752)	(160.912)
Aluguéis		(93.904)	(87.127)	(154.667)	(145.172)
Outros		(10.885)	963	(10.941)	973
Remunerações de capitais próprios		(175.895)	(73.447)	(175.895)	(73.447)
Dividendos		(155.196)	(64.354)	(155.196)	(64.354)
Lucros retidos		(20.699)	(9.093)	(20.699)	(9.093)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais, exceto dividendos por ação)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Atribuível aos acionistas da controladora: Reservas de lucros – Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2019 (Reapresentado)		460.000	700	84.310	852.182	-	1.397.192	(354)	1.396.838
Ajustes do exercício		-	-	-	-	1.409	1.409	-	1.409
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	121.342	121.342	-	121.342
Outros resultados abrangentes do exercício - benefícios pós-emprego	21	-	310	-	-	-	310	-	310
Perda em investimento - variação no percentual da participação no Hotel		-	-	-	-	(267)	(267)	-	(267)
Destinação do lucro:		-	-	-					
• Aumento de capital com lucro - 17 de abril de 2019	22	53.000	-	-	-	(53.000)	-	-	-
• Reserva legal	22	-	-	13.434	-	(13.434)	-	-	-
• Dividendos propostos - R$ 0,49 por ação	22	-	-	-	-	(64.354)	(64.354)	-	(64.354)
• Retenção de lucros	22	-	-	-	(8.304)	8.304	-	-	-
Total das transações com acionistas		-	-	13.434	(8.304)	122.751	(64.354)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)		513.000	1.010	97.744	843.878	-	1.455.632	(354)	1.455.278
Ajustes do exercício		-	-	-	-	23.886	23.886		23.886
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	147.794	147.794	(13)	147.781
Outros resultados abrangentes do exercício - benefícios pós-emprego	21	-	(242)	-	-	-	(242)	-	(242)
Dividendos complementares em 26 de novembro de 2020 - R$ 0,78 por ação		-	-	-	(117.300)	-	(117.300)	-	(117.300)
Reversão de parte dos dividendos propostos em 31 de dezembro de 2019		-	-	-	14.354	-	14.354	-	14.354
Destinação do lucro:									
• Aumento de capital com lucro - 21 de julho de 2020	22	72.000	-	-	-	(72.000)	-	-	-
• Reserva legal	22	-	-	5.448	-	(5.448)	-	-	-
• Dividendos propostos - R$ 0,34 por ação	22	-	-	-	-	(52.250)	(52.250)	-	(52.250)
• Retenção de lucros	22	-	-	-	18.096	(18.096)	-	-	-
Total das transações com acionistas		-	-	5.448	18.096	147.794	(169.550)	-	-
Em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)		585.000	768	103.192	759.028	23.886	1.471.874	(367)	1.471.507

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e 2019

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas ("Pernambucanas", "Controladora" ou "Companhia") de 31 de dezembro de 2020 e 2019, emitidas originalmente em 31 de março de 2021, estão sendo reapresentadas para refletir correções identificadas, principalmente, relacionadas à:

(i) eliminação de ganhos de transações de venda de imóveis intragrupo;
(ii) reconhecimento nos períodos corretos dos ganhos de capital de transações de venda de propriedade para investimentos feitos com terceiros;
(iii) reclassificação de imóveis alugados intragrupo, apresentados como imobilizado no consolidado mantendo-se como propriedade para investimento somente os imóveis alugados para terceiros ou efetivamente mantidos com o objetivo de auferir apreciação de capital;
(iv) correção do passivo de arrendamento e direito de uso de imóveis e outros bens alugados de terceiros em função de alteração da taxa de desconto, que passou de real para nominal; e correção de dados inicialmente considerados.
(v) correção da perda por redução ao valor recuperável de contas a receber em função da adoção do CPC 48;
(vi) reconhecimento dos efeitos de imposto de renda e contribuição diferidos das correções anteriores, conforme aplicável.

As correções acima foram feitas em observância ao CPC 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erro, sendo reapresentados os balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2020, do período comparativo de 31 de dezembro de 2019, bem como do saldo de abertura dos ativos, passivos e patrimônio líquido em 1° de janeiro de 2019. As demonstrações das mutações do patrimônio líquido (DMPL) e do fluxo de caixa (DFC) também estão sendo reapresentadas em função do acima, exceto a demonstração do valor adicional (DVA), que está sendo apresentada pela primeira vez.

Os saldos originais *versus* os valores reapresentados dos balanços patrimoniais e das demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstrados a seguir:

1.1. Balanços patrimoniais de abertura de 1º de janeiro de 2019 – original *versus* reapresentado
1.2. Balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2020 – original *versus* reapresentado
1.3. Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2020 – original versus reapresentado
1.4. Balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2019 – original *versus* reapresentado
1.5. Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2019 – original *versus* reapresentado
1.6. Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2020 – original *versus* reapresentado
1.7. Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2019 – original *versus* reapresentado

BALANÇOS PATRIMONIAIS DE ABERTURA EM 1º DE JANEIRO DE 2019 - (Em milhares de Reais)

Ativo	1º de janeiro de 2019 (Original)	Ajustes	Controladora 1º de janeiro de 2019 (Reapresentado)	1º de janeiro de 2019 (Original)	Ajustes	Consolidado 1º de janeiro de 2019 (Reapresentado)
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	425.649	-	425.649	1.129.923	-	1.129.923
Contas a receber de clientes	802.692	-	802.692	2.445.316	(79.375)	2.365.941
Estoques	270.493	-	270.493	281.522	-	281.522
Impostos a recuperar	388.473	-	388.473	390.281	-	390.281
Operações com derivativos	15.868	-	15.868	23.805	-	23.805
Demais contas a receber	52.928	-	52.928	144.708	-	144.708
	1.956.103	-	1.956.103	4.415.555	(79.375)	4.336.180
Não circulante						
Contas a receber de clientes	-	-	-	24.335	-	24.335
Impostos a recuperar	547.496	-	547.496	592.955	-	592.955
Operações com derivativos	42.663	-	42.663	42.663	-	42.663
Imposto de renda e contribuição social diferidos	93.679	51.321	145.000	318.833	101.270	420.103
Depósitos judiciais e cauções	59.002	-	59.002	59.903	-	59.903
Demais contas a receber	6.102	-	6.102	12.374	-	12.374
Propriedade para investimentos	-	-	-	397.515	(190.880)	206.635
Investimentos	1.121.734	(300.028)	821.706	-	-	-
Imobilizado	930.920	(445.028)	485.892	1.139.658	(554.540)	585.118
Intangível	38.201	-	38.201	106.784	-	106.784
	2.839.797	(693.735)	2.146.062	2.695.020	(644.150)	2.050.870
Total do ativo	4.795.900	(693.735)	4.102.165	7.110.575	(723.525)	6.387.050

Passivo e patrimônio líquido	1º de janeiro de 2019 (Original)	Ajustes	Controladora 1º de janeiro de 2019 (Reapresentado)	1º de janeiro de 2019 (Original)	Ajustes	Consolidado 1º de janeiro de 2019 (Reapresentado)
Circulante						
Fornecedores	773.320	-	773.320	1.725.170	-	1.725.170
Empréstimos e financiamentos	283.236	-	283.236	429.833	-	429.833
Salários e encargos sociais	104.908	-	104.908	112.471	-	112.471
Impostos e taxas a recolher	121.759	-	121.759	130.301	-	130.301
Operações com derivativos	16.297	-	16.297	16.297	-	16.297
Dividendos a pagar	61.000	-	61.000	61.000	-	61.000
Imposto de renda e contribuição social	178.755	-	178.755	187.688	18.007	205.695
Demais contas a pagar	166.919	-	166.919	113.959	-	113.959
	1.706.194	-	1.706.194	2.776.719	18.007	2.794.726
Não circulante						
Fornecedores	725	-	725	725	-	725
Passivo a descoberto de investida	67	-	67	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	805.558	-	805.558	1.559.596	-	1.559.596
Impostos e taxas a recolher	-	-	-	350	-	350
Operações com derivativos	3.390	-	3.390	3.390	-	3.390
Provisão para contingências	28.254	-	28.254	456.429	-	456.429
Imposto de renda e contribuição social diferidos	151.310	(151.310)	-	211.153	(199.107)	12.046
Demais contas a pagar	160.785	-	160.785	162.950	-	162.950
	1.150.089	(151.310)	998.779	2.394.593	(199.107)	2.195.486
Capital social	460.000	-	460.000	460.000	-	460.000
Reservas de lucros	1.098.275	(159.305)	938.970	1.098.275	(159.305)	938.970
Ajuste de avaliação patrimonial	381.342	(383.120)	(1.778)	381.342	(383.120)	(1.778)
	1.939.617	(542.425)	1.397.192	1.939.617	(542.425)	1.397.192
Participação dos não controladores	-	-	-	(354)	-	(354)
Patrimônio líquido total	1.939.617	(542.425)	1.397.192	1.939.263	(542.425)	1.396.838
Total do passivo e patrimônio líquido	4.795.900	(693.735)	4.102.165	7.110.575	(723.525)	6.387.050

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 - (Em milhares de Reais)

Ativo	2020 (Original)	Ajustes	Controladora 2020 (Reapresentado)	2020 (Original)	Ajustes	Consolidado 2020 (Reapresentado)
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	754.845	-	754.845	1.514.889	-	1.514.889
Contas a receber de clientes	761.991	-	761.991	2.320.348	-	2.320.348
Estoques	378.270	-	378.270	405.829	37.482	443.311
Impostos a recuperar	333.168	-	333.168	333.707	.	333.707
Operações com derivativos	143.347	-	143.347	143.347	-	143.347
Demais contas a receber	81.878	-	81.878	178.978	-	178.978
	2.453.499	-	2.453.499	4.897.098	37.482	4.934.580
Não circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	44.913	-	44.913
Contas a receber de clientes	-	-	-	74.127	-	74.127
Impostos a recuperar	122.471	-	122.471	195.822	-	195.822
Imposto de renda e contribuição social diferidos	68.352	109.230	177.582	352.247	109.230	461.477
Depósitos judiciais e cauções	66.920	-	66.920	67.358	-	67.358
Demais contas a receber	3.019	-	3.019	10.261	-	10.261
Propriedade para investimentos	-	-	-	586.922	(430.028)	156.894
Investimentos	1.319.581	(321.613)	997.968	-	-	-
Imobilizado	526.421	(63.749)	462.672	590.138	4.074	594.212
Direito de uso	1.375.398	(298.212)	1.077.186	1.375.398	(298.212)	1.077.186
Intangível	91.385	-	91.385	174.991	-	174.991
	3.573.547	(574.344)	2.999.203	3.472.177	(614.936)	2.857.241
Total do ativo	6.027.046	(574.344)	5.452.702	8.369.275	(577.454)	7.791.821

Passivo e patrimônio líquido	2020 (Original)	Ajustes	Controladora 2020 (Reapresentado)	2020 (Original)	Ajustes	Consolidado 2020 (Reapresentado)
Circulante						
Fornecedores	1.088.484	-	1.088.484	2.009.725	-	2.009.725
Empréstimos e financiamentos	538.985	-	538.985	759.154	-	759.154
Salários e encargos sociais	116.328	-	116.328	128.169	-	128.169
Impostos e taxas a recolher	104.144	-	104.144	113.716	-	113.716
Operações com derivativos	117.683	-	117.683	117.683	-	117.683
Dividendos a pagar	52.250	-	52.250	52.250	-	52.250
Imposto de renda e contribuição social	45.830	1.468	47.298	59.117	-	59.117
Arrendamentos a pagar	233.691	-	233.691	233.691	-	233.691
Demais contas a pagar	206.606	-	206.606	198.880	-	198.880
	2.504.001	1.468	2.505.469	3.672.385	-	3.672.385
Não circulante						
Fornecedores	533	-	533	647	-	647
Passivo a descoberto de investida	83	-	83	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	394.079	-	394.079	1.101.000	-	1.101.000
Impostos e taxas a recolher	-	-	-	810	1.468	2.278
Provisão para contingências	25.605	-	25.605	477.254	-	477.254
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.293	(21.675)	2.618	40.300	(24.785)	15.515
Arrendamentos a pagar	1.212.364	(292.524)	919.840	1.212.364	(292.524)	919.840
Demais contas a pagar	132.601	-	132.601	131.395	-	131.395
	1.789.558	(314.199)	1.475.359	2.963.770	(315.841)	2.647.929
Capital social	585.000	-	585.000	585.000	-	585.000
Reservas de lucros	1.101.331	(215.225)	886.106	1.101.331	(215.225)	886.106
Ajuste de avaliação patrimonial	47.156	(46.388)	768	47.156	(46.388)	768
	1.733.487	(261.613)	1.471.874	1.733.487	(261.613)	1.471.874
Participação dos não controladores	-	-	-	(367)	-	(367)
Patrimônio líquido total	1.733.487	(261.613)	1.471.874	1.733.120	(261.613)	1.471.507
Total do passivo e patrimônio líquido	6.027.046	(574.344)	5.452.702	8.369.275	(577.454)	7.791.821

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 - (Em milhares de Reais)

	2020 (Original)	Ajustes	Controladora 2020 (Reapresentado)	2020 (Original)	Ajustes	Consolidado 2020 (Reapresentado)
Receita	2.818.840	-	2.818.840	3.716.006	(28.211)	3.687.795
Custo das vendas e dos serviços prestados	(1.796.099)	-	(1.796.099)	(1.865.890)	-	(1.865.890)
Lucro bruto	1.022.741	-	1.022.741	1.850.116	(28.211)	1.821.905
Despesas com vendas	(991.028)	29.446	(961.582)	(961.341)	27.150	(934.191)
Despesas gerais e administrativas	(349.696)	-	(349.696)	-	(596.980)	(596.980)
Incobráveis baixados - liquido das recuperações	-	-	-	(389.150)	28.211	(360.939)
Participação nos lucros de controladas	60.876	(6.037)	54.839	-	-	-
Outros resultados operacionais	464.524	58.942	523.466	346.395	52.091	398.486
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	207.417	82.351	289.768	249.040	79.241	328.281
Despesas financeiras	(114.635)	(24.708)	(139.343)	(117.836)	(24.708)	(142.544)
Receitas financeiras	46.179	4.314	50.493	46.828	4.314	51.142
Despesas financeiras, líquidas	(68.456)	(20.394)	(88.850)	(71.008)	(20.394)	(91.402)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	138.961	61.957	200.918	178.032	58.847	236.879
Imposto de renda e contribuição social corrente	(43.041)	5.253	(37.788)	(79.172)	5.253	(73.919)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13.035	(28.371)	(15.336)	10.095	(25.261)	(15.166)
	(30.006)	(23.118)	(53.124)	(69.077)	(20.008)	(89.085)
Lucro líquido do exercício	108.955	38.839	147.794	108.955	38.839	147.794
Atribuível a						
Acionistas da Companhia				108.955	38.839	147.794
Participação dos não controladores				(13)	(2)	(15)
				108.942	38.837	147.779
Lucro líquido básico e diluído por ação - R$				0,73		0,99

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - (Em milhares de Reais)

Ativo	2019 (Original)	Ajustes	Controladora 2019 (Reapresentado)	2019 (Original)	Ajustes	Consolidado 2019 (Reapresentado)
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	561.752	-	561.752	1.090.673	-	1.090.673
Contas a receber de clientes	745.121	-	745.121	2.504.716	(37.020)	2.467.696
Estoques	295.769	-	295.769	316.727	39.356	356.083
Impostos a recuperar	308.729	-	308.729	323.159	-	323.159
Operações com derivativos	78.943	-	78.943	78.943	-	78.943
Demais contas a receber	82.893	1.242	84.135	179.405	1.242	180.647
	2.073.207	1.242	2.074.449	4.493.623	3.578	4.497.201
Não circulante						
Contas a receber de clientes	-	-	-	22.736	-	22.736
Impostos a recuperar	351.423	-	351.423	408.945	-	408.945
Operações com derivativos	15.164	-	15.164	15.164	-	15.164
Imposto de renda e contribuição social diferidos	47.808	136.118	183.926	295.597	194.576	490.173
Depósitos judiciais e cauções	65.604	-	65.604	66.064	-	66.064
Demais contas a receber	5.902	-	5.902	9.304	-	9.304
Propriedade para investimentos	-	-	-	705.379	(548.640)	156.739
Investimentos	1.482.042	(489.592)	992.450	-	-	-
Imobilizado	650.607	(193.110)	457.497	862.205	(223.947)	638.258
Direito de uso	1.032.330	(54.067)	978.263	805.552	(54.067)	751.485
Intangível	43.706	-	43.706	116.895	-	116.895
	3.694.586	(600.651)	3.093.935	3.307.841	(632.078)	2.675.763
Total do ativo	5.767.793	(599.409)	5.168.384	7.801.464	(628.500)	7.172.964

Passivo e patrimônio líquido	2019 (Original)	Ajustes	Controladora 2019 (Reapresentado)	2019 (Original)	Ajustes	Consolidado 2019 (Reapresentado)
Circulante						
Fornecedores	841.978	-	841.978	1.824.723	-	1.824.723
Empréstimos e financiamentos	624.511	-	624.511	662.519	-	662.519
Salários e encargos sociais	115.056	-	115.056	127.109	-	127.109
Impostos e taxas a recolher	86.766	2.015	88.781	92.628	2.015	94.643
Operações com derivativos	39.632	-	39.632	39.632	-	39.632
Dividendos a pagar	39.354	-	39.354	39.354	-	39.354
Imposto de renda e contribuição social	54.143	8.120	62.263	54.681	30.097	84.778
Arrendamentos a pagar	188.098	-	188.098	151.485	-	151.485
Demais contas a pagar	159.765	-	159.765	112.591	-	112.591
	2.149.303	10.135	2.159.438	3.104.722	32.112	3.136.834
Não circulante						
Fornecedores	638	-	638	638	-	638
Passivo a descoberto de investida	75	-	75	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	553.023	-	553.023	1.309.534	-	1.309.534
Impostos e taxas a recolher	-	-	-	1.246	-	1.246
Provisão para contingências	24.769	-	24.769	470.052	-	470.052
Imposto de renda e contribuição social diferidos	68.298	(65.657)	2.641	130.818	(116.725)	14.093
Arrendamentos a pagar	870.640	(43.643)	826.997	678.120	(43.643)	634.477
Demais contas a pagar	145.171	-	145.171	150.812	-	150.812
	1.662.614	(109.300)	1.553.314	2.741.220	(160.368)	2.580.852
Capital social	513.000	-	513.000	513.000	-	513.000
Reservas de lucros	1.214.491	(272.869)	941.622	1.214.491	(272.869)	941.622
Ajuste de avaliação patrimonial	228.385	(227.375)	1.010	228.385	(227.375)	1.010
	1.955.876	(500.244)	1.455.632	1.955.876	(500.244)	1.455.632
Participação dos não controladores	-	-	-	(354)	-	(354)
Patrimônio líquido total	1.955.876	(500.244)	1.455.632	1.955.522	(500.244)	1.455.278
Total do passivo e patrimônio líquido	5.767.793	(599.409)	5.168.384	7.801.464	(628.500)	7.172.964

www.pernambucanas.com.br

(Continua...)

DocuSigned by:
Gazeta de S.Paulo
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 22:24:12 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

DocuSign Envelope ID: 83D1BF86-D95E-424C-8EEE-3294CC296A0E

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS
ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(...continuação)

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - (Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	2019	Ajustes	2019	2019	Ajustes	2019
	(Original)		(Reapresentado)	(Original)		(Reapresentado)
Receita	2.946.494	-	2.946.494	4.168.643	9.926	4.178.569
Custo das vendas e dos serviços prestados	(1.781.258)	6.341	(1.774.917)	(1.871.862)	6.341	(1.865.521)
Lucro bruto	1.165.236	6.341	1.171.577	2.296.781	16.267	2.313.048
Despesas com vendas	(885.200)	9.274	(875.926)	(894.727)	7.741	(886.986)
Despesas gerais e administrativas	(359.443)	-	(359.443)	(671.114)	-	(671.114)
Incobráveis baixados - líquido das recuperações	369	-	369	(513.301)	(21.876)	(535.177)
Participação nos lucros de controladas	86.763	(10.543)	76.220	-	-	-
Outros resultados operacionais	442.680	(207.286)	235.394	295.510	(210.790)	84.720
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	450.405	(202.214)	248.191	513.149	(208.658)	304.491
Despesas financeiras	(152.460)	(19.699)	(172.159)	(156.020)	(19.699)	(175.718)
Receitas financeiras	81.764	4.116	85.880	82.743	4.116	86.859
Despesas financeiras, líquidas	(70.696)	(15.583)	(86.279)	(73.277)	(15.583)	(88.859)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	379.709	(217.797)	161.912	439.872	(224.241)	215.632
Imposto de renda e contribuição social corrente	(65.165)	(10.275)	(75.440)	(146.861)	(10.690)	(157.551)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(45.871)	80.741	34.870	(24.338)	87.600	63.261
	(111.036)	70.466	(40.570)	(171.199)	76.910	(94.290)
Lucro líquido do exercício	268.673	(147.331)	121.342	268.673	(147.331)	121.342
				268.673	(147.331)	121.342
				268.673	(147.331)	121.342
				1,79		0,81

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - (Em milhares de Reais)

	Controladora						Consolidado					
	2020	Ajustes	2020	2019	Ajustes	2019	2020	Ajustes	2020	2019	Ajustes	2019
	(Original)		(Reapresentado)	(Original)		(Reapresentado)	(Original)		(Reapresentado)	(Original)		(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	108.955	38.839	147.794	268.673	(147.331)	121.342	108.955	38.839	147.794	268.673	(147.331)	121.342
Itens que não serão reclassificados para o resultado:												
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	768	-	768	1.010	-	1.010	768	-	768	1.010	-	1.010
Itens que serão reclassificados para o resultado oportunamente:												
• *Hedge accouting*	4.314	(4.314)	-	3.048	(3.048)	-	4.314	(4.314)	-	3.048	(3.048)	-
Total do resultado abrangente do exercício	114.037	34.525	148.562	272.731	(150.379)	122.352	114.037	34.525	148.562	272.731	(150.379)	122.352
Atribuível a:												
• Acionistas da Companhia							114.037	34.525	148.562	272.731	(150.379)	122.352
• Participação dos não controladores							(13)	(2)	(15)	-	-	-
							114.024	34.523	148.547	272.731	(150.379)	122.352

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - (Em milhares de Reais, exceto dividendos por ação)

	Atribuível aos acionistas da controladora						
			Reservas de lucros				
	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Legal	Retenção de lucros	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Originalmente apresentado)	460.000	386.468	84.310	1.008.839	1.939.617	(354)	1.939.263
Ajustes de reapresentação	-	(385.768)	-	(156.657)	(542.425)	-	(542.425)
Saldo em 1º de janeiro de 2019 (Reapresentado)	460.000	700	84.310	852.182	1.397.192	(354)	1.396.838
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Originalmente apresentado)	513.000	228.385	97.744	1.116.747	1.955.876	(354)	1.955.522
Ajustes de reapresentação	-	(227.375)	-	(272.869)	(500.244)	-	(500.244)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	513.000	1.010	97.744	843.878	1.455.632	(354)	1.455.278
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Originalmente apresentado)	585.000	47.156	103.192	998.139	1.733.487	(367)	1.733.120
Ajustes de reapresentação	-	(46.388)	-	(215.225)	(261.613)	-	(261.613)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	585.000	768	103.192	782.914	1.471.874	(367)	1.471.507

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - (Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	2020	Ajustes	2020	2020	Ajustes	2020
	(Original)		(Reapresentado)	(Original)		(Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido do exercício	108.955	38.839	147.794	108.955	38.839	147.794
Ajustes						
Depreciação e amortização	250.417	(29.446)	220.971	270.950	(27.150)	243.800
Valor residual das baixas do ativo permanente	2.995	-	2.995	2.995	-	2.995
Ajustes a valor justo	-	-	-	-	6.851	6.851
Baixas PPI (Propriedade Para Investimento)	-	139.625	139.625	-	139.625	139.625
Ganho na venda de participação societária	(137.048)	-	(137.048)	(276.673)	-	(276.673)
Ganho de capital em investida	(139.625)	(218.332)	(357.957)	-	(218.332)	(218.332)
Resultado da equivalência patrimonial	(60.876)	6.037	(54.839)	-	-	-
Atualização de derivativos	-	20.395	20.395	-	(4.314)	(4.314)
Atualização de empréstimos e arrendamentos	124.780	-	124.780	164.450	24.709	189.159
Despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes	43.041	(5.253)	37.788	79.172	(5.253)	73.919
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferidos	(13.035)	28.371	15.336	(10.095)	25.261	15.166
Provisão para contingências	836	-	836	7.202	-	7.202
Provisão para créditos de realização duvidosa	-	-	-	(38.130)	(28.211)	(66.341)
Provisão para perda de estoque	(2.148)	-	(2.148)	(2.148)	-	(2.148)
	178.292	(19.765)	158.527	306.678	(47.976)	258.702
Variações de ativos e passivos						
Contas a receber	(16.670)	19.765	3.095	171.107	47.976	219.083
Estoques	(80.330)	-	(80.330)	(86.954)	-	(86.954)
Impostos a recuperar	149.704	-	149.704	94.122	-	94.122
Depósitos judiciais e cauções	(1.316)	-	(1.316)	(1.294)	-	(1.294)
Demais ativos	3.898	-	3.898	(583)	-	(583)
Operações com derivativos	28.811	-	28.811	33.125	-	33.125
Fornecedores	246.555	-	246.555	185.164	-	185.164
Salários e encargos sociais	1.272	-	1.272	1.061	-	1.061
Impostos e taxas a recolher	17.378	-	17.378	20.652	-	20.652
Demais contas a pagar	39.352	-	39.352	67.640	-	67.640
Caixa proveniente das operações	566.946	-	566.946	790.718	-	790.718
Juros pagos	(98.530)	-	(98.530)	(101.374)	-	(101.374)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.052)	-	(4.052)	(27.337)	-	(27.337)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	464.364	-	464.364	662.007	-	662.007
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Venda de participação societária	454.495	-	454.495	454.495	-	454.495
Aumento de capital em investida	(12.024)	-	(12.024)	-	-	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(184.045)	-	(184.045)	(213.406)	-	(213.406)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimentos	258.426	-	258.426	241.089	-	241.089
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Pagamento de arrendamentos	(177.355)	-	(177.355)	(177.356)	-	(177.356)
Captações e financiamentos	766.002	-	766.002	1.482.365	-	1.482.365
Pagamentos de empréstimos	(976.043)	-	(976.043)	(1.596.675)	-	(1.596.675)
Dividendos pagos	(142.301)	-	(142.301)	(142.301)	-	(142.301)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(529.697)	-	(529.697)	(433.967)	-	(433.967)
Aumento (redução) líquido de caixa e de equivalentes de caixa	193.093	-	193.093	469.129	-	469.129
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	561.752	-	561.752	1.090.673	-	1.090.673
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	754.845	-	754.845	1.559.802	-	1.559.802
Variação no caixa e equivalentes de caixa	193.093	-	193.093	469.129	-	469.129

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - (Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	2019	Ajustes	2019	2019	Ajustes	2019
	(Original)		Reapresentado	(Original)		Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido do exercício	268.673	(147.331)	121.342	268.673	(147.332)	121.341
Ajustes						
Depreciação e amortização	196.732	(11.519)	185.213	216.203	(7.741)	208.462
Valor residual das baixas do ativo permanente	(19.125)	-	(19.125)	(19.125)	3.504	(15.621)
Baixas PPI (Propriedade Para Investimento)	-	227.051	227.051	-	227.051	227.051
Ganho de capital em investida	(244.172)	-	(244.172)	(244.172)	-	(244.172)
Resultado da equivalência patrimonial	(86.763)	10.543	(76.220)	-	-	-
Atualização de derivativos	-	(4.116)	(4.116)	-	(4.116)	(4.116)
Atualização de empréstimos e arrendamentos	184.414	21.943	206.357	228.930	19.975	248.905
Despesa de imposto de renda e contribuição social - corrente	65.165	10.275	75.440	146.861	10.690	157.551
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferido	45.871	(80.741)	(34.870)	24.338	(87.599)	(63.261)
Provisão para contingências	(3.485)	-	(3.485)	13.625	-	13.625
Provisão para créditos de realização duvidosa	-	-	-	139.571	21.061	160.632
Provisão para perda de estoque	(3.397)	(6.341)	(9.738)	(5.753)	(6.341)	(12.094)
	403.913	19.765	423.678	769.151	29.153	798.304
Variações de ativos e passivos						
Contas a receber	57.967	-	57.967	(251.281)	(9.388)	(260.669)
Estoques	(21.452)	-	(21.452)	(31.380)	-	(31.380)
Impostos a recuperar	86.039	-	86.039	75.948	-	75.948
Depósitos judiciais e cauções	(6.602)	-	(6.602)	(6.161)	-	(6.161)
Demais ativos	(9.227)	(21.780)	(31.007)	(11.089)	(21.780)	(32.869)
Operações com derivativos	(15.631)	-	(15.631)	(4.645)	-	(4.645)
Fornecedores	67.989	-	67.989	98.883	-	98.883
Salários e encargos sociais	10.148	-	10.148	14.638	-	14.638
Impostos e taxas a recolher	(34.993)	2.015	(32.978)	(36.778)	2.015	(34.763)
Demais contas a pagar	(22.768)	-	(22.768)	(16.555)	-	(16.555)
Caixa proveniente das operações	515.383	-	515.383	600.731	-	600.731
Juros pagos	(85.603)	-	(85.603)	(98.194)	-	(98.194)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(104.684)	-	(104.684)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	429.780	-	429.780	397.853	-	397.853
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Dividendos recebidos	8.303	-	8.303	-	-	-
Aumento de capital em investida	(20)	-	(20)	(267)	-	(267)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(151.679)	-	(151.679)	(148.514)	-	(148.514)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimentos	(143.396)	-	(143.396)	(148.781)	-	(148.781)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Pagamento de arrendamentos	(146.746)	-	(146.746)	(131.617)	-	(131.617)
Captações e financiamentos	311.100	-	311.100	418.605	-	418.605
Pagamentos de empréstimos	(228.635)	-	(228.635)	(489.310)	-	(489.310)
Dividendos pagos	(86.000)	-	(86.000)	(86.000)	-	(86.000)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(150.281)	-	(150.281)	(288.322)	-	(288.322)
Aumento (redução) líquido de caixa e de equivalentes de caixa	136.103	-	136.103	(39.250)	-	(39.250)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	425.649	-	425.649	1.129.923	-	1.129.923
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	561.752	-	561.752	1.090.673	-	1.090.673
Variação no caixa e equivalentes de caixa	136.103	-	136.103	(39.250)	-	(39.250)

2. Contexto operacional

Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas ("Pernambucanas", "Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima com sede em São Paulo e tem como atividades preponderantes a comercialização de artigos de vestuário masculino, feminino, infantil, esportes e artigos para cama, mesa, banho, tapetes, cortinas e artigos eletroeletrônicos leves, bem como a participação em outras sociedades, prestação de serviços, importação e exportação de produtos e administração de bens imóveis próprios.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 412 lojas (2019 – 375 lojas).

Para proporcionar vantagens competitivas aos seus clientes e ao próprio negócio, a Companhia mantém operações de financiamento e investimento por meio de sua controlada Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("PEFISA"), instituição regulada pelo Banco Central do Brasil ('BACEN").

A Companhia atua no ramo hoteleiro por meio da sua controlada Hotel Jatiúca S.A., localizada em Maceió, Estado de Alagoas, e no ramo de incorporação e construção de imóveis residenciais e comerciais, através da controlada Arthur Lundgren Investimento, Incorporação e Administração Ltda., localizada em São Paulo, Estado de São Paulo.

A Controladora compartilha as estruturas de custos corporativos, gerenciais e operacionais com as empresas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo"). Os custos relacionados aos negócios do Grupo são reconhecidos em cada uma das entidades por meio de critérios de rateio.

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A reemissão dessas demonstrações financeiras, que substituem as orginalmente emitidas em 31 de março de 2021, foi autorizada pela Diretoria Executiva em 28 de abril de 2022.

2.2. Esclarecimentos sobre os impactos da COVID-19 na Companhia

A Covid-19 gerou implicações relevantes no cenário econômico e nas percepções de riscos e de incertezas do mercado. Resumimos abaixo como a Companhia enfrentou a crise, bem como os principais impactos em resultados advindos dela.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de pandemia da Covid-19, paralelamente diversas medidas foram tomadas pelos estados e municípios para conter o avanço do vírus, tais como: restrições ao varejo não essencial, limitações a livre circulação de pessoas, dentre outras medidas que impactaram o funcionamento e o fluxo de clientes de nossas lojas, além de uma aversão ao risco generalizada. Frente ao cenário que se instaurou, a Pernambucanas centrou suas estratégias em proteger os Colaboradores, Clientes e Empresa, não perdendo a diligência para manter a operação e o atendimento aos Clientes. Entretanto, arcamos com impactos relevantes nas demonstrações financeiras durante o ano, a saber:

(i) No varejo, a receita bruta da Controladora com vendas de mercadorias do ano corrente foi de R$ 3.855.384, o que representa uma queda de 4,2% sobre 2019. O principal impacto foi devido à queda de 31% no *Same Store Sales* no primeiro semestre de 2020 com às limitações impostas ao comércio não essencial, que apesar de parcialmente atenuada pela performance do *e-commerce*, fez com que passássemos a operar com maiores demarcações no semestre seguinte para dar vazão ao estoque excedente, gerando quedas de 3,5 p.p. na margem bruta e de 12,7% no lucro bruto do varejo em 2020 contra o ano anterior (em valor absoluto, o lucro bruto de 2020 foi de R$ 1.022.741);

(ii) Na financeira, a pressão sofrida na nossa carteira de crédito, que caiu 14% contra o ano anterior, somada a uma postura pró-Cliente, que resultou em: aumento de descontos, redução de taxas e tarifas, menores parcelamentos com juros, aumento de carência e maiores condições de pagamento, oneraram as receitas com serviços financeiros, que totalizaram R$ 1.025.891 em 2020, apresentando queda de 13% contra o ano anterior;

(iii) Em despesas, a Companhia apresentou gastos extras na ordem de R$ 4,1 milhões com materiais de proteção e doações. Mesmo assim, as despesas gerais e administrativas, da ordem de R$ 596.980 em 2020, ficaram em linha com o ano anterior, reflexo das ações de contenção de gastos, tais como: renegociações de aluguéis e demais contratos, além da redução de jornada e salário, oriunda da adoção da MP 936; e

(iv) Adicionalmente, aumentamos nosso endividamento bruto com rolagens de dívida e captações preventivas para o enfrentamento da pandemia, impactando o nosso endividamento bruto médio anual que apresentou um patamar 10,5% acima do ano anterior, onde nosso impacto em despesas financeiras não foi maior devido à queda da taxa de juros, entretanto, no 2º semestre, realizamos a venda de 66 imóveis para amortização de dívidas e melhor equalização da estrutura de capital.

A Companhia também adotou várias iniciativas e ações estratégicas para proteger a Companhia, seus Colaboradores, Clientes, e de responsabilidade social, tais como:

– Captações de linhas de crédito antes do aumento dos *spreads* bancários;
– Negociação de prazos de pagamento com grandes fornecedores, prestadores de serviço e de aluguel;
– Iniciativas digitais de relacionamento e apoio aos clientes a fim de blindar o recebimento e reduzir a inadimplência;
– Antecipação de duplicatas a fornecedores;
– Renegociação de prazos de pagamento; e
– Doação de 100 mil máscaras a diversas instituições hospitalares.

2.3. Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas diretas e indiretas:

	Participação			
	2020		2019	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Pefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	100,00%	-	100,00%	-
Hotel Jatiúca S.A.	99,94%	0,02%	99,94%	0,02%
Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Muricy Sociedade Comercial Ltda.	99,99%	-	99,99%	-
Lundserv Administradora de Cartões de Crédito e Serviços Gerais S/C Ltda.	99,80%	0,20%	99,80%	0,20%
Tropicana de Hotéis e Turismo S.A.	99,99%	-	99,99%	-
Jatiúca Administradora e Serviços Ltda.	10,00%	90,00%	10,00%	90,00%
Pefisa Corretora de Seguros S.A.	-	100,00%	-	100,00%

As demonstrações financeiras das entidades controladas obedecem às mesmas práticas contábeis adotadas pela Controladora, sendo que no caso da PEFISA, por se tratar de uma instituição financeira que segue a regulamentação do Banco Central do Brasil – BACEN, foram feitas análises de convergência às normas CPC / IFRS.

3. Base de preparação e declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), controladora e consolidado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, por meio da CPC 09 / (Deliberação CVM 557/08). Considerando que a Companhia é uma Sociedade Anônima de capital fechado e que as normas internacionais não requerem a apresentação dessa demonstração, como consequência, a mesma está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações financeiras.

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Pernambucanas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos (incluindo propriedade para investimentos) e passivos financeiros (determinados empréstimos e derivativos financeiros) são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, o resultado das entidades controladas é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e, por esse motivo as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, formam um único conjunto de informações e estão sendo apresentadas lado a lado, não havendo diferença entre o patrimônio líquido e o resultado individual e consolidado.

3.2. Mudanças nas principais politicas contábeis

A Pernambucanas adotou inicialmente as alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2020. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

– instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo (Nota 10 *hedge accounting*);
– os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo (Nota 28);
– as propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo (Nota 13c).

3.4. Principais políticas contábeis

3.4.1. Consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). Para detalhes sobre as participações nas controladas, veja Nota 2.3.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. A equalização de políticas contábeis entre as entidades controladas e a Controladora estão descritas na Nota 14a.

3.4.2. Moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, em 31 de dezembro de 2020 a taxa de conversão foi de R$ 4,0307 (2019 – R$ 5,1967).

Os ganhos e as perdas cambiais da Companhia estão relacionados com empréstimos, fornecedores estrangeiros e derivativos financeiros e são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

3.4.3. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não tem obrigações de benefícios de longo prazo, por exemplo *stock option* ou similar.

3.4.4. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

– receita de juros;
– despesa de juros;
– receitas com descontos em negociações comerciais;
– receita de ajuste a valor presente do contas a receber;
– despesa de ajuste a valor presente de fornecedores;
– despesa de juros com arrendamento mercantil.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

– valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
– ao custo amortizado do passivo financeiro.

(Continua...)

DocuSigned by:
Gazeta de S.Paulo
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 22:24:23 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

DocuSign Envelope ID: 83D1BF86-D95E-424C-8EEE-3294CC296A0E

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS
ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(...continuação)

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.4.5. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, sendo calculado individualmente para cada entidade do Grupo conforme aplicável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidas

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.4.6. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

A provisão para perdas nos estoques é constituída com base em histórico de perdas apuradas no processo de inventário físico dos estoques das lojas e centrais de distribuição e por preços líquidos de venda abaixo do custo, ocasionado por liquidações, trocas de estação ou pequenos defeitos decorrentes de manuseio das mercadorias.

3.4.7. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens descritas na Nota 14. A Companhia adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas, conforme descrito na Nota 3.14.11. A Companhia efetua, periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

As benfeitorias em imóveis de terceiros, compreendidas, substancialmente, por reformas e adaptações dos imóveis alugados para atender às operações da Companhia que, em sua grande maioria, serão revertidas aos proprietários dos imóveis ao final do contrato de locação, são amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação. Nos casos em que há expectativas de que ocorrerá a renovação do contrato de locação por mais de um período por parte do proprietário do imóvel e que os custos com a renovação não sejam significativos em relação ao todo, a Administração da Companhia considera o prazo de amortização pelo período total do contrato incluindo suas renovações.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Ativos:	**Período em anos**
Edifícios	40 - 80 anos
Móveis e utensílios	5 - 10 anos
Instalações	10 anos
Veículos	5 anos
Aeronaves	7 anos
Equipamentos	5 - 10 anos

3.4.8. Ativos intangíveis

As licenças de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis a um determinado projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo;
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para utilizar o *software*; e
- Os gastos atribuíveis ao *software* durante seu desenvolvimento podem ser mensurados com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares*.

Gastos de desenvolvimento, que não atendam ao critério de custos diretamente atribuíveis no desenvolvimento de *softwares,* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

A vida útil estimada para as licenças de *software* é de 5 anos.

3.4.9. Propriedade para investimento

As propriedades para investimento, principalmente lojas e centro de distribuição, são mantidas para rendimentos de aluguel e não são ocupadas pelo Grupo nas suas próprias operações. Sendo inicialmente mensuradas pelo custo e subsequentemente ao valor justo. Mudanças no valor justo são apresentadas na demonstração do resultado como “Outros ganhos (perdas), líquidos”.

A Companhia contrata avaliadores externos, independentes e qualificados, para determinar o valor justo das propriedades para investimento ao final de cada exercício.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

3.4.10. Direito de uso

Aplicado a partir de 1º de janeiro de 2019 para unificar o modelo de contabilização do arrendamento, a norma CPC 06 (R2) exige para todos os contratos de arrendamento (exceto aqueles enquadrados nas isenções), que os arrendatários reconheçam os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso.

A Administração da Companhia optou por utilizar o expediente prático para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração do ativo direito de uso que corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, mantendo assim o valor do passivo inicial de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A composição do direito de uso está na Nota 15.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

3.4.11. Deterioração de ativos não financeiros - impairment

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por recuperação de ativo financeiro é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação da recuperação, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

3.4.12. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com um risco insignificante de mudança de valor. A Companhia não tem caixa ou equivalente de caixa restritos que compõem o saldo da conta.

3.4.13. Instrumentos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (ii) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação.

b. Custo amortizado

Esses ativos são subsequentes mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Reconhecimento e mensuração inicial

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia compromete-se a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas, decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são apresentados na demonstração do resultado em “Despesas financeiras, líquidas” no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo no resultado, são avaliados por indicadores de *impairment* na data do balanço. Os ativos financeiros são considerados deteriorados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados. Evidência objetiva de *impairment* poderia incluir, dentre outros:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
- Inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal; e
- Quando torna-se provável que o devedor entrará em falência ou em recuperação judicial.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo de amortização, o valor do *impairment* corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por *impairment* para todos os ativos financeiros.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Os derivativos para negociação, apresentados na rubrica “Operações com derivativos”, são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações lançadas contra o resultado em “Receitas ou despesas financeiras”.

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 10.

3.4.14. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias, prestação de serviços ou venda de serviços financeiros registrados no decurso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para *impairment*.

3.4.15. Ajuste a valor presente

O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. As operações de compras e vendas a prazo foram trazidas ao seu valor presente utilizando-se uma taxa equivalente à taxa livre de risco acrescida do risco da indústria. Essa taxa em 31 de dezembro de 2020 correspondia a 2,76% a.a. (2019 – 5,96% a.a.).

3.4.16. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.4.17. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

3.4.18. Reconhecimento de receita

A receita da Companhia é reconhecida de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 – Receita com contratos de clientes, a qual estabelece um modelo de cinco passos para determinar a mensuração da receita, o momento e como ela será reconhecida, a saber: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos, e no caso das demonstrações contábeis consolidadas também estão líquidas das eliminações de vendas, entre as empresas do Grupo. Para as receitas cujo recebimento se dará a prazo ou parcelado, a Companhia procede com o seu reconhecimento pelo valor presente.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

A receita é reconhecida quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir:

(a) Venda de produtos - varejo

A Companhia opera com pontos de varejo para a comercialização de suas mercadorias. A receita de vendas de mercadoria e o correspondente custo das mercadorias vendidas são reconhecidos no resultado do exercício quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro, por meio de cartão de crédito ou débito e financiamento.

A receita oriunda das vendas das lojas físicas e do *e-commerce* é reconhecida após o seu faturamento, entrega e aceite das mercadorias por parte dos clientes, que é quando os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. No caso o *e-commerce*, para determinar o momento em que a obrigação de desempenho é cumprida, a Companhia monitora o prazo de entrega das mercadorias aos clientes, efetuando ajustes na receita operacional quando necessário.

Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos para tipos específicos de mercadorias. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos. O direito de recuperar as mercadorias a serem devolvidas é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação. O passivo de reembolso está incluído em outros valores a pagar e o direito de recuperar os produtos devolvidos é incluído em estoques. A Companhia reavalia sua expectativa de devoluções na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo.

(b) Vendas de serviços financeiros

A Companhia vende serviços de produtos financeiros e recebe pela intermediação da venda de seguros, garantia estendida e outros, os quais são reconhecidos no resultado da Companhia no mesmo momento em que ocorre a prestação do serviço.

O Grupo realiza operações de crediário próprio, seguros, empréstimos pessoais e financiamento de vendas por instituições financeiras, dos quais o Grupo é intermediador. O resultado das operações é apropriado ao resultado considerando a taxa efetiva de juros, ao longo da vigência dos contratos.

(c) Receita de incorporação

As receitas de vendas, os custos de terrenos e construção, e as comissões de vendas são apropriados ao resultado utilizando o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

3.4.19. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Com base no Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da lei societária.

3.4.20. Reservas de retenção de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, e não poderá exceder a 20% do capital social.

O lucro líquido, não distribuído como dividendos mínimos obrigatórios e não constituído como reserva legal, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, em Assembleia Geral, o Conselho Consultivo deliberará sobre a aplicação do excesso, para distribuição de dividendos complementares, integralização ou aumento do capital social, e/ou constituição de reserva de retenção de lucros.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa

Como descrito na Nota 6, as contas a receber de clientes da Companhia são controladas por faixa de vencimento e pelo número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) dos respectivos clientes, sendo efetuado um acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis, entre a data de venda ao cliente (constituição de devedores por vendas, serviços e financiamentos) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo determinada a perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) sobre a vida da carteira de crédito, em especial com relação aos recebíveis da controlada PEFISA. Na Nota 6 está apresentada as informações relevantes sobre os recebíveis do Grupo, incluindo títulos vencidos e a movimentação da PECLD.

(b) Perda com inventário e desvalorização dos estoques

A provisão para perdas dos estoques é estimada, com base no histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centrais de distribuição, sendo considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico.

A desvalorização dos saldos dos estoques é ocasionada, basicamente, por itens vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de troca de coleção e por pequenos defeitos ocasionados no manuseio das mercadorias. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado (Nota 7).

(c) Reconhecimento do imposto de renda diferido ativo

A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa o seu saldo de imposto de renda diferido ativo relativo a créditos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, tendo como referência as suas mais recentes estimativas quanto aos lucros tributáveis futuros prováveis de ocorrência e considerando igualmente as diferenças temporárias tributáveis existentes. As estimativas de lucros tributáveis futuros são realizadas com base nas projeções de negócio efetuadas pela administração, cujo horizonte temporal é de aproximadamente dez anos. As premissas e julgamentos utilizados pela administração para projetar os lucros tributáveis futuros podem sofrer alterações relevantes nos exercícios futuros em decorrência de eventos que estejam fora do controle da administração (Nota 12).

(d) Provisão para contingências tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciárias

Como descrito na Nota 19, a Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. Considerando que cálculos desta natureza envolvem definição de metodologias e utilização de premissas, ou ainda, possibilidade de acordo entre as partes, o valor real pode apresentar variações em relação à estimativa. A Administração acredita que essas provisões para contingências tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciárias estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(e) Benefício pós-emprego

Por força da Lei nº 9.656/98, a Companhia oferece aos seus empregados e ex-empregados benefício de assistência médica que se qualificava como obrigações pós-emprego. Para estes casos, a Administração contratou profissionais especializados e independentes para efetuar os cálculos com obrigações pós-emprego. Esses cálculos levam em consideração diversas premissas que produzem impactos no resultado das obrigações. O valor das obrigações pode se alterar a depender das premissas utilizadas (Nota 21).

(f) Valor justo de instrumentos financeiros e propriedade para investimento

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos.

Os principais dados utilizados pela Companhia na avaliação do valor justo, tais como taxas de desconto, rendimentos terminais, taxas de vacância esperadas e taxas de crescimento de aluguel são estimadas pelos avaliadores independentes com base em transações comparáveis e dados do setor (Nota 13c).

4.1. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

(a) Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022.

A Companhia não tem operações que se enquadrem nesta norma.

(b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa.

A Administração entende que a adoção dessas normas não trará impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

(c) Outras normas

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06 / IFRS 16).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15 / IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

A Administração entende que estas emendas não trarão impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		**Consolidado**	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Caixa e bancos	29.091	26.137	114.687	104.047
Numerário em trânsito	18.090	24.898	18.090	24.898
Aplicações financeiras (i)	707.664	510.717	1.427.025	961.728
	754.845	561.752	1.559.802	1.090.673
Parcela classificada no circulante	754.845	561.752	1.514.889	1.090.673
Ativo não circulante	-	-	44.913	-

As aplicações financeiras são compostas por Certificados de Depósitos Bancários e operações compromissadas, com rendimentos médios anuais de 94,00% do CDI ou 2,61% ao ano (2019 – 94,67% do CDI ou 5,62% ao ano). O saldo consolidado inclui aplicações em Certificados de Depósito Interfinanceiro Diário (CDI-*Over*), efetuadas pela PEFISA e estão vinculados à taxa de juros do CDI (flutuante) (2019 – 99,95% do CDI).

(i) As aplicações financeiras referem-se a Letras Financeiras do Tesouro – LTF, e são classificadas na categoria “VJR”.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima). Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

Existem transações da Controladora com partes relacionadas (Nota 8) no montante de R$ 116.056, sendo R$ 52 na rubrica de caixa e bancos e R$ 116.004 em aplicações financeiras.

Os valores de caixa de equivalentes de caixa não possuem restrição de uso.

6. Contas a receber

	Controladora		**Consolidado**	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Contas a receber de clientes	310.040	214.828	338.388	236.387
Contas a receber partes relacionadas (Nota 9)	451.951	530.293	-	-
Operações de crédito	-	-	2.056.087	2.254.045
	761.991	745.121	2.394.475	2.490.432
Circulante	761.991	745.121	2.320.348	2.467.696
Não circulante	-	-	74.127	22.736

(Continua...)

DocuSigned by:
Gazeta de S.Paulo
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 22:24:33 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

DocuSign Envelope ID: 83D1BF86-D95E-424C-8EEE-3294CC296A0E

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS
ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(...continuação)

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As operações de crédito são representadas por crédito direto ao consumidor e crédito pessoal oferecidos aos clientes da Companhia e intermediados pela controlada PEFISA.
As contas a receber de clientes incluem, basicamente, o crediário próprio e os valores a receber de administradoras de cartões de crédito e estão demonstradas conforme segue:

Saldos por vencimento do contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
Crediário próprio	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
A vencer				
Até 30 dias	428.729	419.373	865.284	963.439
De 31 a 60 dias	5.058	4.947	328.614	325.574
De 61 a 90 dias	12.565	12.291	224.960	228.094
De 91 a 180 dias	191.292	187.118	348.221	337.363
Acima de 181 dias	126.261	123.506	234.479	183.089
	763.905	747.235	2.001.558	2.037.559

	2020	2019	2020	2019
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Vencidas				
De 01 a 30 dias	-	-	56.009	168.541
De 31 a 60 dias	-	-	32.206	77.849
De 61 a 90 dias	-	-	92.046	78.041
De 91 a 180 dias	-	-	182.545	233.106
Acima de 181 dias	-	-	92.443	344.378
	-	-	455.249	901.915

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Crediário próprio	-	-	2.456.807	2.939.474
Cartões de crédito - terceiros	311.954	216.942	313.644	218.504
Contas a receber - partes relacionadas	451.951	530.293	-	-
Total	763.905	747.235	2.770.451	3.157.978
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	(372.889)	(665.434)
Ajuste a valor presente	(1.914)	(2.114)	(3.087)	(2.112)
Contas a receber de clientes, líquido	761.991	745.121	2.394.475	2.490.432

O ajuste a valor presente calculado pela Companhia considera o valor do dinheiro no tempo entre a data das vendas, realizadas por meio de cartões de créditos ou crediário próprio e a data do efetivo recebimento dos clientes. O ajuste a valor presente dos recebíveis é calculado para os vencimentos acima de 30 dias, e é utilizado uma taxa equivalente à taxa livre de risco acrescida do risco da indústria (Nota 3.4.15).
Em 31 de dezembro de 2020, contas a receber de clientes vencidos no Consolidado, no total de R$ 455.249 (2019 – R$ 901.915), apresentam um indicativo de risco de perda por recuperação do ativo.
A Companhia tem por prática o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, considerando o risco ou a probabilidade de que ocorra uma perda de crédito ao refletir sobre a possibilidade de que essa perda ocorra e sobre a possibilidade de que não ocorra, mesmo se a possibilidade de ocorrência de perda de crédito for muito baixa.
O saldo da perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de suas controladas PEFISA, Hotel Jatiúca e Alinc em 31 de dezembro de 2020, no montante de R$ 372.889 (2019 – R$ 664.434), foi calculado utilizando o mesmo critério de provisionamento descrito no parágrafo anterior adotado por sua controladora e, portanto, em 2020 não houve necessidade de provisão complementar (2019 – R$ 90.511).
Movimentações da provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber :

	Consolidado	
	2020	**2019**
	Reapresentado	Reapresentado
Saldo inicial	664.434	609.764
Adições	468.787	641.155
Baixa contra provisão	(761.332)	(585.485)
Saldo final	372.889	665.434

A constituição e a baixa da perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, por recuperação do ativo, foram registradas no resultado do exercício.
A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de devedores por vendas, conforme mencionada acima.

Mensuração da perda esperada:
A mensuração das perdas esperadas requer aplicação de premissas significativas, o cálculo é baseado na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo. O procedimento de cálculo da perda de crédito esperada considera, entre outros elementos, a existência de evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos em diferentes estágios, como se observa nas definições a seguir:
- Estágio 1 - Quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ou temos em conta os instrumentos financeiros que não tenham deteriorado significativamente sua qualidade de crédito desde o reconhecimento inicial. Nesse estágio, também são incluídas operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2;
- Estágio 2 - Quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, registra-se uma penalização na provisão maior que no estágio 1. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3;
- Estágio 3 - Instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. Registra-se uma provisão para toda a vida da operação, mas agravando a PD "*Probability of default*" para 100%.

O cálculo da perda esperada envolve a utilização de várias premissas, considerando fatores internos e externos, tais como: qualidade do crédito, concentração e fatores econômicos.
A classificação de instrumentos financeiros é realizada de acordo com o modelo de negócios que reflitam seu objetivo para com o instrumento, verificando se os fluxos de caixa contratuais compreendem apenas pagamento de principal e juros.

Parâmetros de risco de crédito:
Para determinar o valor de perda esperada, avalia-se primeiro se existe evidência objetiva de perda no valor recuperável coletivamente para ativos financeiros que não sejam significativos individualmente. Para medir esta perda, separa-se os ativos financeiros em grupos, levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação. A perda por redução ao valor recuperável é calculada usando modelos estatísticos que levam em consideração os seguintes fatores:
- Exposição à inadimplência ("*Exposure at default*" - EAD): é a quantia de uma transação exposta ao risco de crédito, incluindo a proporção da exposição atual do saldo em aberto que poderia ser fornecida na data futura da inadimplência.
- Probabilidade de inadimplência ("*Probability of default*" - PD): é a probabilidade de uma contraparte não cumprir sua obrigação de pagar o principal e/ou juros.
- *Loss Given Default* ("*Loss given default*" - LGD): é uma estimativa de perda originada no caso de a inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Taxa de desconto:
A de desconto é a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, e que é igual ao valor presente líquido do instrumento financeiro pelo seu valor contábil.

Visão *Forward Looking*:
Para a incorporação de informação prospectiva que possam reforçar o cálculo, são incluídas variáveis macroeconômicas em critérios e cálculo, utilizando cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada em um horizonte de observação adequado à classificação em estágios. Para estimar os parâmetros acima, a Companhia aplicou sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para cálculo de parâmetros.

Definição de inadimplência:
A Companhia considera que um ativo financeiro está em situação de inadimplência quando é provável que o devedor não pagará integralmente suas obrigações de crédito.
As perdas esperadas associadas ao risco de crédito da Companhia são contabilizadas pelo custo amortizado e são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contabilizado dos ativos financeiros e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontadas pelas taxas de juros efetivas originais dos ativos e que não são cotados em um mercado ativo (a existência de vendas não supõe uma inconsistência com o modelo de negócio se são pontuais ou pouco significativas).

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Mercadorias para revenda	385.362	309.376	450.146	369.428
Material para consumo	9.692	5.348	9.949	5.611
Ajuste a valor presente	(4.768)	(4.791)	(4.768)	(4.792)
	390.286	309.933	455.327	370.247
(-) Provisão para perda de estoque	(12.016)	(14.164)	(12.016)	(14.164)
	378.270	295.769	443.311	356.083

O valor da provisão para perdas dos estoques refere-se às perdas de inventário e provisão para desvalorização dos estoques, ambas constituídas conforme os critérios descritos na Nota 3.4.6.

Movimentação da provisão para perda nos estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Saldo inicial	(14.164)	(11.221)	(14.164)	(11.221)
Adição	(39.151)	(49.657)	(39.151)	(49.657)
Baixa	41.299	46.714	41.299	46.714
Saldo final	(12.016)	(14.164)	(12.016)	(14.164)

8. Partes relacionadas
O financiamento de vendas aos clientes da Companhia é efetuado pela controlada PEFISA. A elaboração de cadastros, a análise de crédito e a cobrança desses financiamentos são realizadas pelo departamento de Crédito e Cobrança da Companhia. Por consequência, parte dos custos deste departamento é ressarcida pela PEFISA à Controladora. As transações de mútuos entre partes relacionadas são remuneradas, substancialmente, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC-FIPE), e correspondeu em uma taxa de 5,51% a.a. (2019 – 4,30% a.a.).
Os saldos e transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão apresentados, conforme segue:

	Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	Hotel Jatiúca S.A.	Muricy Sociedade Comercial Ltda.	Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.	Lundserv Administradora de Cartões de Crédito e Serviços Gerais S/C Ltda.	Jatiúca Administradora e Serviços Ltda.	Total – 2020 Reapresentado	Total – 2019 Reapresentado
Ativo circulante								
Caixa e equivalente de caixa (ii)	77.569	9.817	2.304	26.366	-	-	116.056	-
Contas a receber (Nota 6) (i)	451.934	-	-	17	-	-	451.951	530.293
Outras contas a receber (ii)	20.045	-	-	-	-	-	20.045	-
Dividendos a receber (Nota 11)	-	-	-	-	-	-	-	18.847
Ativo não circulante								
Empréstimos de mútuo / AFAC (Nota 11)	-	2.195	-	-	7	817	3.019	5.849
Passivo circulante								
Repasse de recursos (i)	(60.012)	-	(1.674)	(4.654)	-	-	(66.340)	(81.883)
Passivo não circulante								
Empréstimos de mútuo (Nota 20)	-	-	(1.572)	-	-	-	(1.572)	(1.489)
Empréstimos financeiros (ii)	-	-	-	(20.045)	-	-	(20.045)	-
Letra de câmbio (ii)	(116.056)	-	-	-	-	-	(116.056)	-
Demonstração do resultado								
Receitas (despesas) financeiras	-	-	(306)	-	-	123	(183)	20

	Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	Hotel Jatiúca S.A.	Muricy Sociedade Comercial Ltda.	Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.	Lundserv Administradora de Cartões de Crédito e ServiçosGerais S/C Ltda.	Jatiúca Administradora e Serviços Ltda.	ALTSA Propriedades	Total – 2019 Reapresentado	Total – 2018 Reapresentado
Ativo circulante									
Contas a receber (Nota 6) (i)	530.228	-	-	65	-	-	-	530.293	553.002
Outras contas a receber (Nota 11)	-	-	-	-	-	-	-	-	247
Dividendos a receber (Nota 11)	18.847	-	-	-	-	-	-	18.847	10.545
Ativo não circulante									
Empréstimos de mútuo / AFAC (Nota 11)	-	2.195	-	2.873	8	773	-	5.849	6.011
Passivo circulante									
Repasse de recursos (i)	(74.012)	-	-	(3.811)	-	-	(4.060)	(81.883)	(74.787)
Passivo não circulante									
Empréstimos de mútuo (Nota 20)	-	-	(1.489)	-	-	-	-	(1.489)	(1.427)
Demonstração do resultado									
Receitas (despesas) financeiras	-	-	(117)	-	-	137	-	20	(20)

(i) Operações comerciais de compras realizadas por consumidores nas lojas da Companhia, cujo financiamento é concedido pela financeira do Grupo (PEFISA), cujo valores são repassados no prazo médio de 5 (cinco) dias.
(ii) Operações indiretas com coligadas.

A Companhia tem contratos de locação de lojas firmados com partes relacionadas por um período de até dez anos, os quais são calculados com base em percentual de vendas das lojas arrendadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as despesas com amortização do direito de uso, juros, arrendamentos e alugueis com partes relacionadas totalizou R$ 42.376 (2019 – R$ 27.128).
No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a remuneração total dos administradores da Companhia, composta pela Diretoria e membros do Conselho Consultivo, no Consolidado, totalizou R$ 16.412 (2019 – R$ 15.697).

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.746	-	58.624	56.779
PIS e COFINS a recuperar (i)	325.714	563.577	325.714	563.577
INSS a recuperar (iv)	42.406	62.841	42.406	62.841
Imposto de renda retido na fonte	34.343	2.647	34.574	3.032
ICMS a recuperar sobre ativo fixo	345	871	345	871
ICMS a recuperar	10.252	8.373	10.252	8.373
ICMS transferência interestadual (ii)	15.711	12.068	15.711	12.069
ICMS retido substituição tributária (iii)	24.122	9.765	24.122	9.765
Outros impostos a recuperar	-	10	17.781	14.797
	455.639	660.152	529.529	732.104
Ativo circulante	333.168	308.729	333.707	323.159
Ativo não circulante	122.471	351.423	195.822	408.945

(i) O saldo de PIS e COFINS a recuperar na controladora no montante de R$ 325.714 (2019 – R$ 563.577), refere-se a ação judicial transitada em julgado que objetivou afastar a exigência da inclusão do valor do ICMS na base de cálculo das contribuições sociais destinadas ao PIS e à COFINS.
(ii) O saldo de ICMS a recuperar na controladora, no montante de R$ 15.711 (2019 – R$ 12.069), refere-se ao crédito de ICMS próprio que posteriormente poderá ser transferido para outros Estados da Federação, ou apropriados no ICMS sobre vendas no Estado de São Paulo.
(iii) O ICMS substituição tributária a recuperar na controladora, no montante de R$ 24.122 (2019 – R$ 9.765 e 2018 – R$ 7.865), corresponde, principalmente, ao crédito de ICMS retido antecipadamente pelo Estado de São Paulo por ocasião das compras de mercadorias e que posteriormente poderão ser transferidas para outros Estados da Federação, ou apropriados no ICMS sobre vendas no Estado de São Paulo.
(iv) O INSS a recuperar refere-se ao processo de recálculo do FAP/RAT/SAP, oriundo da aplicação da Súmula 357 retroativo ao ano de 2010 após conversão dos depósitos judiciais em renda.

10. Instrumentos financeiros derivativos
Em 31 de dezembro, o portfólio de derivativos pode ser resumido, conforme demonstrado a seguir:

			Controladora e Consolidado			2020
Início	**Vencimento**	**Dólar contratado**	**Volume U$D**	**Volume de face**	**MTM**	**Valor contábil**
17/11/2020	01/03/2021	5,3998	975	5.265	5.056	(209)
17/11/2020	01/04/2021	5,3971	1.694	9.143	8.777	(365)
17/11/2020	03/05/2021	5,3875	2.154	11.605	11.142	(462)
17/11/2020	01/06/2021	5,3952	2.606	14.060	13.493	(567)
17/11/2020	01/07/2021	5,3975	3.745	20.214	19.394	(819)
18/11/2020	02/08/2021	5,3840	2.057	11.075	10.668	(407)
18/11/2020	01/09/2021	5,3920	1.027	5.538	5.333	(205)
26/11/2020	01/02/2021	5,3287	65	346	337	(9)
26/11/2020	01/03/2021	5,3347	65	347	337	(10)
26/11/2020	01/04/2021	5,3422	65	347	337	(10)
26/11/2020	03/05/2021	5,3509	65	348	338	(10)
26/11/2020	01/06/2021	5,3603	52	279	271	(8)
26/11/2020	01/07/2021	5,3719	52	279	271	(8)
26/11/2020	02/08/2021	5,3856	52	280	272	(8)
26/11/2020	01/09/2021	5,3998	52	281	272	(8)
30/11/2020	01/10/2021	5,3960	1.385	7.473	7.255	(218)
30/11/2020	01/10/2021	5,3960	52	281	272	(8)
01/12/2020	01/11/2021	5,3775	1.374	7.389	7.198	(191)
01/12/2020	01/12/2021	5,3950	2.126	11.470	11.172	(298)
01/12/2020	03/01/2022	5,3947	2.671	14.409	14.036	(373)
01/12/2020	01/11/2021	5,3775	52	280	272	(7)
01/12/2020	01/12/2021	5,3950	52	281	273	(7)
01/12/2020	03/01/2022	5,3947	52	281	273	(7)
17/03/2020	17/03/2021	CDI + 2,5	45.000	59.582	45.071	14.511
20/06/2018	22/06/2021	CDI + 2,4	16.667	25.304	16.684	8.620
09/08/2018	26/07/2021	CDI + 2,6	12.000	21.083	14.336	6.747
			96.157	227.240	193.140	25.664

			Controladora e Consolidado			2019
Início	**Vencimento**	**Dólar contratado**	**Volume U$D**	**Volume de face**	**MTM**	**Valor contábil**
10/07/2019	02/01/2020	3,8141	3.487	13.298	14.328	1.030
13/12/2019	03/02/2020	4,0927	3.115	12.750	12.526	(224)
13/12/2019	02/03/2020	4,1018	1.684	6.907	6.779	(128)
13/12/2019	01/04/2020	4,1123	1.248	5.131	5.030	(101)
30/07/2018	30/07/2020	CDI + 2,6	65.000	75.141	70.718	4.423
12/01/2018	12/01/2022	CDI + 2,9	36.321	46.363	37.756	8.607
27/03/2018	17/03/2020	CDI + 2,6	45.000	55.660	45.954	9.706
27/04/2018	27/04/2020	CDI + 2,5	45.000	52.384	45.562	6.822
27/04/2018	09/04/2020	CDI + 2,58	45.552	53.642	46.260	7.382
30/04/2018	17/04/2020	CDI + 2,57	25.218	29.386	25.578	3.808
08/05/2018	27/04/2020	CDI + 2,62	40.000	46.061	40.511	5.550
10/05/2018	11/05/2020	141% CDI	20.000	22.668	20.176	2.492
20/06/2018	22/06/2021	CDI + 2,4	50.000	53.816	50.068	3.748
09/08/2018	26/07/2021	CDI + 2,6	24.000	28.242	26.882	1.360
			405.625	501.449	448.128	54.475

	Controladora e Consolidado			
	Valor contabil		Valor justo	
Circulante	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Posição ativa	143.347	94.107	143.347	94.107
Posição passiva	(117.683)	(39.632)	(117.683)	(39.632)
Valor líquido	25.664	54.475	25.664	54.475

(i) Em 31 de dezembro de 2020, as taxas de juros fixas variaram entre 1,90% e 4,40% a.a., acrescidas de variação cambial (2019 – entre 5,14% e 6,39% a.a., acrescidas de variação cambial).

11. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
Circulante	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Adiantamento a empregados	10.221	5.751	10.222	5.751
Adiantamento a fornecedores	5.591	4.694	27.016	21.277
Bonificação e propaganda cooperada a receber de fornecedores (*)	24.021	8.042	24.021	8.042
Devedores por serviços - produtos financeiros	1.133	5.410	19.645	14.455
Devedores por venda de imóveis	34.297	34.809	34.297	34.745
Prêmio de seguro a apropriar	2.013	1.840	2.013	1.840
Dividendos a receber (Nota 8)	-	18.847	-	-
Empréstimo de mútuo (Nota 8)	3.019	5.849	-	-
Outras contas a receber	4.602	4.795	72.025	103.841
	84.897	90.037	189.239	189.951
Ativo circulante	81.878	84.135	178.978	180.647
Ativo não circulante	3.019	5.902	10.261	9.304

(*) Está sendo apresentado nesta rubrica os valores a receber de fornecedores, referentes à veiculação de propaganda, onde exista acordos de parceria e, também, as bonificações por acordos comerciais firmados entre as partes.

(Continua...)

DocuSigned by:
Gazeta de S.Paulo
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 22:24:44 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

DocuSign Envelope ID: 83D1BF86-D95E-424C-8EEE-3294CC296A0E

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS
ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social

(a) Composição e movimentação dos saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, líquido dos tributos diferidos passivos, têm a seguinte composição:

	Controladora				Consolidado			
	Saldo em 2019	Resultado	Patrimônio líquido	Saldo em 2020 Reapresentado	Saldo em 2019	Resultado	Patrimônio líquido	Saldo em 2020 Reapresentado
Base negativa CSLL	3.894	1.251	-	5.145	5.842	1.174	-	7.016
Prejuízo fiscal – IRPJ	-	3.265	-	3.265	5.391	3.049	-	8.440
Provisões não dedutíveis temporariamente								
Bônus a empregados	15.744	6.315	-	22.059	18.717	5.883	-	24.600
Contingências (i)	15.138	(5.110)	-	10.028	193.179	(2.558)	-	190.621
Provisão depósitos judiciais	645	(68)	-	577	645	(68)	-	577
Créditos de realização duvidosa	-	-	-	-	117.445	(23.763)	-	93.682
Perdas de estoque	4.816	(731)	-	4.085	4.816	(731)	-	4.085
Provisão propaganda	31	104	-	135	31	104	-	135
Operação de *hedge*	4.405	(1.290)	-	3.115	3.362	(2.075)	-	1.287
Arrendamento mercantil – IFRS 16	12.523	11.445	-	23.968	12.523	11.445	-	23.968
Ajuste a valor justo dos imóveis	-	-	-	-	(11.453)	(1.445)	-	(12.898)
Operações imobiliárias	121.777	(30.441)	9.015	100.351	122.554	(5.818)	(14.952)	101.784
Outras	2.312	(76)	-	2.236	3.028	(363)	-	2.665
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	181.285	(15.336)	9.015	174.964	476.080	(15.166)	(14.952)	445.962
Total do ativo	183.926	-	-	177.582	490.173	-	-	461.477
Total do passivo	(2.641)	-	-	(2.618)	(14.093)	-	-	(15.515)

	Controladora				Consolidado			
	Saldo em 2018	Resultado	Patrimônio líquido	Saldo em 2019 Reapresentado	Saldo em 2018	Resultado	Patrimônio líquido	Saldo em 2019 Reapresentado
Base negativa CSLL	10.507	(6.613)	-	3.894	11.784	(5.942)	-	5.842
Prejuízo fiscal – IRPJ	11.464	(11.464)	-	-	14.988	(9.597)	-	5.391
Provisões não dedutíveis temporariamente								
Bônus a empregados	16.358	(614)	-	15.744	17.300	1.417	-	18.717
Contingências (i)	41.730	(26.592)	-	15.138	212.924	(19.745)	-	193.179
Provisão depósitos judiciais	645	-	-	645	645	-	-	645
Créditos de realização duvidosa	-	-	-	-	95.678	21.767	-	117.445
Perdas de estoque	3.815	1.001	-	4.816	3.815	1.001	-	4.816
Provisão propaganda	412	(381)	-	31	412	(381)	-	31
Operação de *hedge*	2.223	768	1.414	4.405	2.233	1.129	-	3.362
Arrendamento mercantil – IFRS 16	-	12.523	-	12.523	-	12.523	-	12.523
Ajuste a valor justo dos imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações imobiliárias	53.666	68.111	-	121.777	53.857	75.981	(7.284)	122.554
Outras	4.181	(1.869)	-	2.312	6.467	(3.439)	-	3.028
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	145.001	34.870	1.414	181.285	420.103	63.261	(7.284)	476.080
Total do ativo	145.001	-	-	183.926	420.103	-	-	490.173
Total do passivo	-	-	-	(2.641)	-	-	-	(14.093)

(i) O montante no consolidado está relacionado basicamente a processos tributários da Controlada PEFISA, conforme descrito na Nota 19.a.

O montante de imposto de renda e contribuição social diferidos está segregado entre as Empresas: Controladora R$ 174.964 (2019 – R$ 181.285), e as Controladas PEFISA R$ 276.495 (2019 – R$ 296.202) e Alinc R$ (5.227) (2019 – R$ (1.407)).

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

As controladas Hotel Jatiúca S.A. e Jatiúca Administradora e Serviços Ltda. têm um saldo total de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no montante de R$ 70.013 (2019 – R$ 63.703), para os quais não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, por não ser possível afirmar que sua realização é, presentemente, considerada provável. O crédito tributário não reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas totalizou em R$ 23.804 (2019 – R$ 21.659).

Todos os itens do imposto de renda e da contribuição social diferidos são debitados ou creditados diretamente no resultado do exercício.

(b) Reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
		Reapresentado		Reapresentado
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	200.918	161.912	236.879	215.632
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social – %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(68.312)	(55.050)	(80.539)	(73.315)
Efeitos de imposto de renda e contribuição social de diferenças permanentes:				
Efeito da diferença na alíquota da contribuição social da PEFISA (i)	-	-	790	(8.303)
Resultado de equivalência patrimonial	18.645	25.914	-	-
Patrocínios e doações	(2.819)	(3.414)	(2.819)	(3.414)
Outras	(638)	(8.020)	(6.517)	(9.258)
Despesa de imposto de renda e contribuição social resultado do exercício	(53.124)	(40.570)	(89.085)	(94.290)
Corrente	(37.788)	(75.440)	(73.919)	(157.551)
Diferido	(15.336)	34.870	(15.166)	63.261
	(53.124)	(40.570)	(89.085)	(94.290)
Alíquota efetiva – %	26	25	38	44

(i) A alíquota da Contribuição Social para a PEFISA é 15%.

13. Investimentos

	Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	Hotel Jatiúca S.A.	Muricy Sociedade Comercial Ltda.	Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.	ALTSA Propriedades	Demais companhias	2020 Total	2019 Total
Movimentação dos investimentos								
Saldo em 1º de janeiro	593.480	62.342	5.787	242.882	87.917	1.247	993.655	823.116
Dividendos recebidos	-	-	-	-	-	-	-	(8.303)
Aporte de capital em dinheiro	-	-	9.150	2.874	-	-	12.024	20
Aporte de capital em imóveis (i)	-	-	32.853	10.194	-	-	43.047	103.930
Perda em função da variação do percentual	-	-	-	-	-	-	-	(266)
Alienação de participação societária (iii)	-	-	-	-	(100.650)	(1.247)	(101.897)	-
Ajuste investimentos	(11.142)	-	-	7.392	-	-	(3.750)	(1.070)
Resultado de equivalência patrimonial	45.303	(6.056)	2.740	127	12.733	-	54.847	76.228
Saldo em 31 de dezembro	627.641	56.286	50.530	263.469	-	-	997.926	993.655
Ágio	-	42	-	-	-	-	42	208
Provisão para perdas	-	-	-	-	-	-	-	(1.413)
	627.641	56.328	50.530	263.469	-	-	997.968	992.450
Movimentação da provisão para passivo a descoberto								
Saldos em 1º de janeiro	-	-	-	-	-	(75)	(75)	(67)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(8)	(8)	(8)
Saldos de passivo a descoberto em 31 de dezembro	-	-	-	-	-	(83)	(83)	(75)
Quantidade de ações / quotas								
Ações								
Ordinárias	298.000	122.500	-	-	-	-	-	-
Preferenciais	-	2.500	-	-	-	-	-	-
Quotas	-	-	156.000	418.873	-	-	-	-
Participação societária – %	100	99,94	99,99	99,99	-	-	-	-

	Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	Hotel Jatiúca S.A.	Muricy Sociedade Comercial Ltda.	Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.	ALTSA Propriedades	Demais companhias	2019 Total	2018 Total
Movimentação dos investimentos								
Saldo em 1º de janeiro	533.077	63.797	5.813	220.387	-	1.247	824.321	734.817
Dividendos recebidos	(8.303)	-	-	-	-	-	(8.303)	(23.181)
Aporte de capital em dinheiro	-	-	-	-	20	-	20	-
Aporte de capital em imóveis (i)	-	-	-	19.942	83.988	-	103.930	76.097
Perda em função da variação do percentual	-	(266)	-	-	-	-	(266)	-
Ajuste investimentos	-	-	-	(2.275)	-	-	(2.275)	-
Resultado de equivalência patrimonial	68.706	(1.189)	(26)	4.828	3.909	-	76.228	36.588
Saldo em 31 de dezembro	593.480	62.342	5.787	242.882	87.917	1.247	993.655	824.321
Ágio	-	42	-	-	-	166	208	208
Provisão para perdas	-	-	-	-	-	(1.413)	(1.413)	(1.413)
	593.480	62.384	5.787	242.882	87.917	-	992.450	823.116
Movimentação da provisão para passivo a descoberto								
Saldos em 1º de janeiro	-	-	-	-	-	(67)	(67)	(35)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(8)	(8)	(32)
Saldos de passivo a descoberto em 31 de dezembro	-	-	-	-	-	(75)	(75)	(67)
Quantidade de ações / quotas								
Ações								
Ordinárias	398.000	122.500	-	-	-	-	-	-
Preferenciais	-	2.500	-	-	-	-	-	-
Quotas	-	-	156.000	366.183	300.559	-	-	-
Participação societária – %	100	99,94	99,99	99,99	100	-	-	-

(i) Refere-se à transferência de imóveis, como parte do aporte de capital, com o objetivo de gerar ganhos futuros para a Companhia, este valor é composto por terrenos, prédios, instalações e outros.

(ii) Refere-se à venda da participação societária da ALTSA Propriedades, composta por 66 imóveis, a venda faz parte da reestruturação de capital da Companhia, com o objetivo de reduzir o seu endividamento, a venda foi realizada no valor de R$ 454.495 e gerou um ganho de capital no montante de R$ 137.366 (Nota 26).

A rubrica "Demais companhias" estão abrangidas pelas seguintes empresas:

	2020	2019
Lundserv Administradora de Cartões de Crédito e Serviços Gerais S/C Ltda.	(7)	(7)
Jatiúca Administradora e Serviços Ltda.	(76)	(67)
Tropicana de Hotéis e Turismo S.A.	-	(1)
	(83)	(75)

(a) Equalização das práticas contábeis entre sociedades controladora e controladas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia incluem entidades que atuam nos segmentos de varejo de mercadorias e operações de financiamento. Conforme requerido pelo CPC 18 - "Investimento em Controlada e Coligada", transações de mesma natureza em circunstâncias semelhantes devem ser apresentadas de maneira uniforme em relação às políticas contábeis da Controladora e, consequentemente, às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Todas as Controladas possuem a mesma data-base de fechamento da Controladora. As demonstrações financeiras da PEFISA em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sendo que em 2020 não houve divergências com as práticas contábeis adotadas no Brasil utilizadas pela Controladora na elaboração de suas demonstrações contábeis consolidadas. Em 31 de dezembro de 2019, houve diferença de equalização de práticas contábeis na provisão para perda de crédito esperada, relacionada à estimativa de PECLD do contas a receber de clientes, no montante de R$ 54.306. A partir da Resolução nº 2.682 de 22/12/2019, o BACEN efetuou adaptações do processo atual de reconhecimento das perdas de crédito à norma internacional IFRS 09 / CPC 48 e, consequentemente, a partir de 2020 inexistem ajustes de consolidação relacionados a este assunto.

(b) Principais companhias do consolidado

Os principais grupos de contas de ativos e passivos e de resultado das principais controladas estão apresentados como segue:

	2020				2019				
	PEFISA	Hotel Jatiúca S.A.	Muricy Sociedade Comercial Ltda.	Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.	PEFISA	Hotel Jatiúca S.A.	Muricy Sociedade Comercial Ltda.	Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.	ALTSA Propriedades S.A.
Balanços patrimoniais									
Ativo total	3.531.747	78.119	179.480	530.674	3.497.903	215.765	5.789	470.680	325.405
Passivo total	(2.892.963)	(21.801)	(646)	(84.997)	(2.850.115)	(57.580)	(1)	(53.141)	(20.692)
Patrimônio líquido	(638.784)	(56.318)	(178.834)	(445.677)	(647.788)	(158.185)	(5.788)	(417.539)	(304.714)
Receita líquida de vendas	1.080.834	14.715	-	65.470	1.171.704	24.691	-	73.388	4.982
Lucro (prejuízo) do exercício	45.303	(6.057)	3.013	5.892	75.388	(1.190)	(26)	10.796	4.155

(c) Propriedade para investimentos (Empresa imobiliária)

A Companhia constituiu sociedade controlada que tem como objeto social a administração, locação, compra, venda e incorporação de imóveis. O capital social das novas sociedades foi integralizado mediante a transferência em anos anteriores de imóveis da Companhia, com o fim de agregar valor a esse patrimônio através da operação do novo negócio especializado. Todos os bens que foram transferidos à Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda., e a Muricy Sociedade Comercial Ltda. Todos esses imóveis estão classificados como propriedade para investimento na nova sociedade e, por consequência, avaliados pelo seu valor justo nas suas demonstrações financeiras individuais. Entretanto, para fins das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, somente os imóveis efetivamente alugados a terceiros estão apresentados como propriedade para investimentos e, consequentemente avaliados ao valor justo.

Abaixo a movimentação da conta:

	2020	2019
Valor dos bens	Reapresentado	Reapresentado
Saldo inicial	156.739	206.635
Adição ao custo	7.332	25.971
Baixa para incorporação (i)	-	(65.932)
Baixa por alienação	(12.200)	(17.512)
Avaliação a valor justo do período	5.023	7.577
	156.894	156.739

(i) Refere-se à transferência de dois imóveis para incorporação (Ourinhos, Brooklin).

14. Imobilizado

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, de acordo com o CPC 01 (R4), sendo que para exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Administração avaliou a recuperabilidade e não identificou a necessidade de constituir provisão para os seus ativos que remanescem nos livros da Companhia registrados contabilmente, por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

(a) Controladora

Ano 2019:

	Terrenos	Imóveis	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Equipamento processamento de dados	Aeronaves	Imobilizado em andamento	Total imobilizado
Saldos em 1º de janeiro de 2019	27.444	116.377	113.839	58.107	134.579	1.831	21.682	2.230	9.802	485.891
Custo total	27.444	142.828	358.213	161.770	338.750	5.080	125.866	9.228	9.802	1.178.981
Depreciação acumulada	-	(26.451)	(244.374)	(103.663)	(204.171)	(3.249)	(104.184)	(6.998)	-	(693.090)
Valor residual	27.444	116.377	113.839	58.107	134.579	1.831	21.682	2.230	9.802	485.891
Saldos em 1º de janeiro de 2019	27.444	116.377	113.839	58.107	134.579	1.831	21.682	2.230	9.802	485.891
Aquisição	-	2.816	-	13.560	-	-	13.964	-	111.760	142.100
Alienação	(15.935)	(59.904)	(623)	(2.369)	(18.919)	(124)	(25)	-	-	(97.899)
Depreciação	-	(3.103)	(22.442)	(12.480)	(24.478)	(289)	(8.387)	(923)	-	(72.102)
Transferências	-	-	44.213	-	32.220	-	-	-	(76.433)	-
Impairment	-	-	(494)	-	-	-	-	-	-	(494)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11.509	56.186	134.493	56.818	123.402	1.418	27.234	1.307	45.130	457.497
Custo total	11.509	85.740	401.309	172.961	352.051	4.956	139.805	9.227	45.130	1.222.688
Depreciação acumulada	-	(29.554)	(266.816)	(116.143)	(228.649)	(3.538)	(112.571)	(7.920)	-	(765.191)
Valor residual	11.509	56.186	134.493	56.818	123.402	1.418	27.234	1.307	45.130	457.497
Taxa de depreciação – %	-	1,6 a 2,5	-	10	10	20	20	10	(i)	-

(i) Imobilizado em andamento está substancialmente representado por atualização dos equipamentos, remodelagem, expansão e atualização das lojas.

Ano 2020:

	Terrenos	Imóveis	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Equipamento processamento de dados	Aeronaves	Imobilizado em andamento	Total imobilizado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11.509	56.186	134.493	56.818	123.402	1.418	27.234	1.307	45.130	457.497
Aquisição	-	241	-	29.030	-	43	15.765	-	74.731	119.810
Alienação	(7.792)	(25.336)	-	(1.242)	(8.281)	(954)	-	-	-	(43.605)
Depreciação	-	(1.258)	(24.266)	(12.502)	(23.018)	(120)	(8.944)	(922)	-	(71.030)
Transferências	-	-	65.362	-	23.948	-	-	-	(89.310)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.717	29.833	175.589	72.104	116.051	387	34.055	385	30.551	462.672
Custo total	3.717	60.645	466.671	200.748	367.718	4.045	155.570	9.228	30.551	1.298.893
Depreciação acumulada	-	(30.812)	(291.082)	(128.644)	(251.667)	(3.658)	(121.515)	(8.843)	-	(836.221)
Valor residual	3.717	29.833	175.589	72.104	116.051	387	34.055	385	30.551	462.672
Taxa de depreciação – %	-	1,6 a 2,5	-	10	10	20	20	10	(i)	-

(i) Imobilizado em andamento está substancialmente representado por atualização dos equipamentos, remodelagem, expansão e atualização das lojas.

(Continua...)

DocuSigned by:
Gazeta de S.Paulo
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 22:24:54 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 83D1BF86-D95E-424C-8EEE-3294CC296A0E

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS
ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Consolidado

Ano 2019:

	Terrenos	Imóveis	Benfeitorias imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Máquinas equipamentos e aparelhos	Equipamento processamento de dados	Aeronaves	Imobilizado em andamento	Total imobilizado
Saldos em 1º de janeiro de 2019	56.569	180.841	113.839	60.170	136.077	1.858	77	23.965	2.230	10.694	586.320
Custo total	56.569	211.432	358.212	165.943	341.416	5.198	688	130.425	9.228	10.694	1.289.805
Depreciação acumulada	-	(30.591)	(244.373)	(105.773)	(205.339)	(3.340)	(611)	(106.460)	(6.998)	-	(703.485)
Valor residual	56.569	180.841	113.839	60.170	136.077	1.858	77	23.965	2.230	10.694	586.320
Saldos em 1º de janeiro de 2019	56.569	180.841	113.839	60.170	136.077	1.858	77	23.965	2.230	10.694	586.320
Aquisição	21	84.920	-	14.365	141	-	17	14.248	-	111.760	225.472
Alienação	(15.936)	(59.904)	(623)	(2.658)	(18.919)	(124)	-	(338)	-	-	(98.502)
Depreciação	-	(3.992)	(22.442)	(13.171)	(24.819)	(305)	(38)	(8.848)	(923)	-	(74.538)
Transferências	-	-	44.213	578	32.464	-	-	-	-	(77.255)	-
Impairment	-	-	(494)	-	-	-	-	-	-	-	(494)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	40.654	201.865	134.493	59.284	124.944	1.429	56	29.027	1.307	45.199	638.258
Custo total	40.654	236.449	401.309	178.234	355.059	5.035	696	144.376	9.228	45.199	1.416.239
Depreciação acumulada	-	(34.584)	(266.816)	(118.950)	(230.115)	(3.606)	(640)	(115.349)	(7.921)	-	(777.981)
Valor residual	40.654	201.865	134.493	59.284	124.944	1.429	56	29.027	1.307	45.199	638.258
Taxa de depreciação – %	-	1,6 a 2,5	-	10	10	20	10	20	10	(i)	-

(i) Imobilizado em andamento está substancialmente representado por atualização dos equipamentos, remodelagem, expansão e atualização das lojas.

Ano 2020:

	Terrenos	Imóveis	Benfeitorias imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Máquinas equipamentos e aparelhos	Equipamento processamento de dados	Aeronaves	Imobilizado em andamento	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	40.654	201.865	134.493	59.284	124.944	1.429	56	29.027	1.307	45.199	638.258
Aquisição	-	242	-	29.612	64	43	1	15.891	-	67.087	112.940
Alienação	(7.792)	(64.775)	-	(1.737)	(8.280)	(954)	(1)	-	-	-	(83.539)
Depreciação	-	(2.133)	(24.266)	(13.282)	(23.361)	(131)	(21)	(9.330)	(923)	-	(73.447)
Transferências	10	-	65.362	23.948	-	-	-	-	-	(89.320)	-
Impairment	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	32.872	135.199	175.589	73.877	117.315	387	35	35.588	384	22.966	594.212
Custo total	32.872	171.916	466.671	206.109	370.790	4.124	696	160.199	9.227	22.966	1.445.570
Depreciação acumulada	-	(36.717)	(291.082)	(132.232)	(253.475)	(3.737)	(661)	(124.611)	(8.843)	-	(851.358)
Valor residual	32.872	135.199	175.589	73.877	117.315	387	35	35.588	384	22.966	594.212
Taxa de depreciação – %	-	1,6 a 2,5	-	10	10	20	10	20	10	(i)	-

(i) Imobilizado em andamento está substancialmente representado por atualização dos equipamentos, remodelagem, expansão e atualização das lojas.

15. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamentos

As contas patrimoniais sofreram alterações significativas em virtude do reconhecimento dos compromissos futuros originados dos contratos de locação de imóveis e veículos que, após avaliação da Companhia, identificou-se estarem no escopo da CPC 06 – Arrendamentos / IFRS 16 Arrendamento Mercantil, conforme demonstrado abaixo:

(a) Ativo direito de uso

	Controladora			Consolidado		
	Imóvel	Veículo	Total	Imóvel	Veículo	Total
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Saldo em 31/12/2018	-	-	-	-	-	-
Adoção inicial – CPC 06 R2 (IFRS 16)	838.385	1.368	839.753	761.611	1.368	762.979
Saldo inicial em 01/01/2019	838.385	1.368	839.753	761.611	1.368	762.979
Adições	303.703	-	303.703	134.794	-	134.794
Depreciação no exercício (Nota 25)	(100.530)	(741)	(101.271)	(90.449)	(741)	(91.190)
Ajuste por remensuração	(63.960)	38	(63.922)	(55.136)	38	(55.098)
Saldo em 31/12/2019	977.598	665	978.263	750.820	665	751.485
Saldo inicial em 01/01/2020	977.598	665	978.263	750.820	665	751.485
Adições	393.685	1.769	395.454	393.685	1.769	395.454
Depreciação no exercício (Nota 25)	(107.633)	(842)	(108.475)	(107.633)	(842)	(108.475)
Baixa por encerramento	(203.859)	-	(203.859)	-	-	-
Ajuste por remensuração	15.777	26	15.803	38.696	26	38.722
Saldo em 31/12/2020	1.075.568	1.618	1.077.186	1.075.568	1.618	1.077.186

(b) Passivo de arrendamentos

	Controladora			Consolidado		
	Imóvel	Veículo	Total	Imóvel	Veículo	Total
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Saldo em 31/12/2018	-	-	-	-	-	-
Adoção inicial – CPC 06 R2 (NBC TG 06 (R3))	838.385	1.368	839.753	761.611	1.368	762.979
Saldo inicial em 01/01/2019	838.385	1.368	839.753	761.611	1.368	762.979
Adições	303.703	-	303.703	134.794	-	134.794
Juros apropriados	87.925	93	88.018	79.969	93	80.062
Baixa por pagamento	(148.542)	(817)	(149.359)	(133.603)	(817)	(134.420)
Ajuste por remensuração	(67.058)	38	(67.020)	(57.491)	38	(57.453)
Saldo em 31/12/2019	1.014.413	682	1.015.095	785.280	682	785.962
Saldo inicial em 01/01/2020	1.014.413	682	1.015.095	785.280	682	785.962
Adições	393.685	1.768	395.453	393.685	1.768	395.453
Juros apropriados	94.602	72	94.674	94.602	72	94.674
Baixa por pagamento	(162.715)	(921)	(163.636)	(162.715)	(921)	(163.636)
Baixa por encerrameto	(206.956)	-	(206.956)	-	-	-
Ajuste por remensuração	18.874	27	18.901	41.051	27	41.078
Saldo em 31/12/2020	1.151.903	1.628	1.153.531	1.151.903	1.628	1.153.531

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 438 contratos de arrendamento (323 em 31 de dezembro de 2019) para suas unidades comerciais e administrativas, sendo que alguns destes preveem uma contraprestação variável, incidente sobre as vendas, cujo valor continua sendo registrado como despesa de acordo com a sua competência. Para os contratos que, após análise inicial, estão no escopo da norma, na mensuração do passivo de arrendamento considerou-se o valor dos pagamentos futuros de aluguéis fixos (líquido de impostos), descontados a uma taxa de juros nominal.

Na adoção inicial do CPC 06 Arrendamentos / IFRS 16 Arrendamento Mercantil, a taxa média ponderada de desconto utilizada foi de 9,48% a.a.

Em 2020, a Companhia avaliou a taxa média ponderada de desconto utilizada e, para os novos contratos, foi utilizada a taxa de 9,80%.

Abaixo o cronograma de vencimento do passivo de arrendamento:

	Controladora			Consolidado		
	Imóvel	Veículo	Total	Imóvel	Veículo	Total
Vencimentos 2019	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
2020	187.434	664	188.098	150.821	664	151.485
2021	128.890	18	128.908	103.890	18	103.908
2022	106.310	-	106.310	106.310	-	106.310
2023	99.881	-	99.881	99.881	-	99.881
2024	94.944	-	94.944	94.944	-	94.944
2025	91.099	-	91.099	91.099	-	91.099
2026	85.403	-	85.403	85.403	-	85.403
Demais	220.452	-	220.452	52.932	-	52.932
	1.014.413	682	1.015.095	785.280	682	785.962

	Controladora			Consolidado		
	Imóvel	Veículo	Total	Imóvel	Veículo	Total
Vencimentos 2020	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
2021	233.059	632	233.691	233.059	632	233.691
2022	143.309	732	144.041	143.309	732	144.041
2023	137.229	265	137.494	137.229	265	137.494
2024	132.515	-	132.515	132.515	-	132.515
2025	127.909	-	127.909	127.909	-	127.909
2026	122.013	-	122.013	122.013	-	122.013
2027	114.194	-	114.194	114.194	-	114.194
Demais	141.674	-	141.674	141.674	-	141.674
	1.151.902	1.629	1.153.531	1.151.902	1.629	1.153.531

A Controladora possui direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de arrendamento na ocorrência de seus pagamentos, em 31 de dezembro de 2020, o valor potencial do crédito trazido a valor presente é de R$ 106.702 (2019 – R$ 72.701).

A tabela abaixo evidencia a taxa média ao ano de acordo com os prazos de vencimento dos contratos:

Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazo contratos	Taxa média a.a. (%)
até 24 meses	5,95%
de 25 a 36 meses	7,23%
de 37 a 48 meses	8,20%
de 49 a 60 meses	8,89%
de 61 a 72 meses	9,39%
de 73 a 84 meses	9,78%
de 85 a 96 meses	10,09%
de 97 a 108 meses	10,30%
de 109 a 120 meses	10,47%
Acima de 120 meses	10,97%

(c) Resultado

Com a adoção da norma CPC 06 Arrendamentos / IFRS 16 Arrendamento Mercantil, o resultado da Companhia ficou menor em R$ 39.513 (2019 – R$ 39.930) na Controladora e no Consolidado, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Redução em despesas de ocupação	(163.636)	(149.359)	(163.636)	(134.420)
Aumento em depreciação com direito de uso	108.475	101.271	108.475	91.190
Aumento em despesas financeiras com arrendamento	94.674	88.018	94.674	80.062
Lucro líquido menor em R$	39.513	39.930	39.513	36.832

(d) Arrendamentos de curto prazo, baixo valor e de contraprestação variável

A Companhia possui contratos de arrendamento que se enquadram nas características de isenção da norma para bens de baixo valor, bens que, apesar de não serem de baixo valor, seu prazo é igual ou inferior a 12 meses, e bens cuja contraprestação é variável. Tais contratos estão representados, substancialmente, por empilhadeiras, ferramentas, máquinas e equipamentos de informática.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Bens de baixo valor	9.724	7.941	9.724	7.941
Arrendamento de curto prazo	3.696	2.202	3.696	2.202
Arrendamentos variáveis	12.649	26.694	6.692	7.062
Lucro líquido menor em R$	26.069	36.837	20.112	17.205

(e) Concessões de arrendamento – Covid 19

Em julho de 2020, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovou uma emenda no CPC 06 (R2), a qual concede benefícios no resultado durante o período impactado pela pandemia da Covid-19 aos arrendatários, permitindo que tais benefícios não sejam tratados como uma modificação de contrato.

A Administração da Companhia optou pelo expediente prático e reconheceu no resultado em 31 de dezembro de 2020 o montante de R$ 18.184, como desconto de contraprestações como resultado da renegociações de contratos de aluguel.

16. Intangível

(a) Controladora

	Marcas registradas e licenças	Licenças de *software*	*Software* em desenvolvimento	Controladora Intangível total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	565	28.222	9.414	38.201
Movimentação 2019				
Adição	-	12	17.333	17.345
Amortização	-	(11.840)	-	(11.840)
Transferência	-	21.611	(21.611)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	565	38.005	5.136	43.706
Custo total	565	234.472	5.136	240.173
Depreciação acumulada	-	(196.467)	-	(196.467)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	565	38.005	5.136	43.706
Saldos inicial	565	38.005	5.136	43.706
Movimentação 2020				
Adição	-	-	64.168	64.168
Amortização	-	(16.485)	-	(16.485)
Alienação	-	(4)	-	(4)
Transferência	-	27.073	(27.073)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	565	48.589	42.231	91.385
Custo total	565	261.541	42.231	304.337
Depreciação acumulada	-	(212.952)	-	(212.952)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	565	48.589	42.231	91.385
Taxa de amortização – %	-	20	-	-

(b) Consolidado

	Marcas registradas e licenças	Licenças de *software*	*Software* em desenvolvimento	Consolidado Intangível total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	565	79.227	26.992	106.784
Movimentação 2019				
Adição	-	352	38.741	39.093
Amortização	-	(28.982)	-	(28.982)
Transferência	-	34.185	(34.185)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	565	84.782	31.548	116.895
Custo total	565	320.563	31.548	352.676
Depreciação acumulada	-	(235.781)	-	(235.781)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	565	84.782	31.548	116.895
Movimentação 2020				
Adição	-	-	92.700	92.700
Amortização	-	(34.600)	-	(34.600)
Alienação	-	(4)	-	(4)
Transferência	-	45.879	(45.879)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	565	96.057	78.369	174.991
Custo total	565	366.438	78.369	445.372
Depreciação acumulada	-	(270.381)	-	(270.381)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	565	96.057	78.369	174.991
Taxa de amortização – %	-	20	-	-

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Fornecedores nacionais	799.380	586.531	828.725	586.921
Fornecedores estrangeiros	40.058	49.013	40.058	49.013
Fornecedores – imobilizado, material de consumo e outros	84.379	67.419	86.192	85.181
Valores de repasse a operadoras de cartões (i)	-	-	918.656	964.593
Confirming (ii)	171.471	145.771	143.012	145.771
Ajuste a valor presente	(6.271)	(6.118)	(6.271)	(6.118)
Total de fornecedores	1.089.017	842.616	2.010.372	1.825.361
Passivo circulante	1.088.484	841.978	2.009.725	1.824.723
No passivo não circulante	533	638	647	638

(i) A Companhia oferece aos seus clientes, cartões de crédito bandeirado com a opção de utilização em estabelecimento de terceiros. Os débitos das aquisições de bens e serviços pelos clientes, originados em estabelecimentos comerciais credenciados à bandeira, são repassados às operadoras de cartões de crédito.

(ii) Trata-se de operações conduzidas em conjunto com instituição financeira, possibilitando antecipar aos fornecedores da Companhia recursos referentes à venda de bens e prestação de serviços, sem a necessidade destes fornecedores obterem linha de crédito no Banco.

18. Empréstimos e financiamentos

	Taxa anual de juros e comissões – %	Vencimento final	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
			Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Moeda estrangeira – Capital de giro	CDI + 5,4% a 6,39%	Jul/2021	97.535	464.241	97.535	464.241
Moeda nacional – Capital de giro (iv)	CDI + 0,65% a 4,10% a.a.	Mai/2022	649.729	329.615	699.377	368.777
	CDI / CETIP + 2,04% a 5% a.a.	Mai/2025	53.277	178.606	53.277	178.606
	SELIC + 5% a.a.	Jun/2021	30.096	-	30.096	-
Debêntures (i)	CDI + 1,89% a.a.	Dez/2023	100.269	200.000	100.269	200.000
Depósitos interfinanceiros (ii)	Taxa média de 142,32% do CDI	Nov/2022	-	-	877.442	755.357
Prefixados (BNDES)	3,20% a.a.	-	-	199	-	199
Arrendamento mercantil (iii)		Jun/2022	2.158	4.873	2.158	4.873
			933.064	1.177.534	1.860.154	1.972.053
Passivo circulante			538.985	624.511	759.154	662.519
Não passivo não circulante			394.079	553.023	1.101.000	1.309.534

(i) A Companhia detém empréstimos bancários e uma debênture com cláusulas contratuais (*covenants*), que requerem a manutenção de indicadores financeiros anuais. Estes indicadores são acompanhamentos mensalmente pela Companhia e estão dentro dos limites indicados: i) a margem EBTIDA (Lucro antes dos impostos, depreciação e amortização) mínima seja de 0,5%; ii) Patrimônio líquido mínimo de R$ 700.000; iii) Dívida financeira líquida (somatório dos empréstimos e financiamentos deduzido das disponibilidades de caixa) de até R$ 1.000.000; e iv) Dívida líquida Consolidada / EBTIDA ≤ 3.

(ii) Os depósitos interfinanceiros captados pela PEFISA estão vinculados à taxa de juros do CDI (flutuante).

(iii) A Companhia possui compromissos decorrentes de contratos de arrendamento mercantil de baixo valor individual, que não se enquadra na regra do CPC 06, com prazos que variam de 12 a 24 meses. Sobre esses compromissos incidem encargos financeiros médios de CDI + 2,73% a.a.. As parcelas de longo prazo têm vencimento até 2022.

(iv) A Companhia é avalista dos empréstimos bancários de sua controlada Hotel Jatiúca S.A., no montante de R$ 16.407 (2019 – R$ 2.698).

Sobre os demais empréstimos, não foram dadas quaisquer outras garantias.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, assim como os empréstimos atrelados à variação do CDI, não apresentam diferença entre o valor contábil e o valor de mercado apurado pelo método do fluxo de caixa descontado, conforme abaixo:

Os vencimentos dos empréstimos estão previstos para as seguintes datas:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
2020	-	624.511	-	662.519
2021	538.985	218.048	759.154	896.220
2022	114.579	84.975	608.983	139.201
2023	100.000	100.000	300.467	124.035
2024	92.000	50.000	95.996	50.078
2025	87.500	100.000	95.554	100.000
	933.064	1.177.534	1.860.154	1.972.053

	Consolidado 2020		Consolidado 2019	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Empréstimos bancários	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Moeda estrangeira	97.535	97.535	464.241	464.241
Moeda nacional	1.762.619	1.762.619	1.507.812	1.507.812
Total	1.860.154	1.860.154	1.972.053	1.972.053

O valor justo foi estimado com base nos fluxos de caixa projetados dos contratos originais de empréstimos, descontados a valor presente, utilizando-se as taxas futuras de moedas nas datas de vencimento dos empréstimos.

A Administração da Companhia faz *hedge* dos empréstimos em moeda estrangeira (Nota 10), através de operações de *swap,* convertendo as obrigações financeiras tomadas em dólares norte-americanos, para o CDI. Esses empréstimos objeto de *hedge* são mensurados ao seu valor justo, assim como os contratos de *swap*.

(Continua...)

DocuSigned by:
Gazeta de S.Paulo
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 22:25:05 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

DocuSign Envelope ID: 83D1BF86-D95E-424C-8EEE-3294CC296A0E

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS
ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

						Controladora
Descrição	**Saldo em 31/12/2019**	**Captações**	**Juros provisionados**	**Juros liquidados**	**Liquidação principal**	**Saldo em 31/12/2020**
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Moeda estrangeira	464.241	45.000	12.439	(56.705)	(367.440)	97.535
Moeda nacional	708.222	721.002	51.306	(41.542)	(605.617)	833.371
Prefixados (BNDES)	186	-	10	(2)	(194)	-
Prefixados (FINAME)	13	-	-	(1)	(12)	-
Arrendamento mercantil	4.872	-	346	(280)	(2.780)	2.158
Total	1.177.534	766.002	64.101	(98.530)	(976.043)	933.064

						Controladora
Descrição	**Saldo em 01/01/2019**	**Captações**	**Juros provisionados**	**Juros liquidados**	**Liquidação principal**	**Saldo em 31/12/2019**
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Moeda estrangeira	465.704	-	19.874	(2.124)	(19.213)	464.241
Moeda nacional	613.759	311.100	71.253	(83.188)	(204.702)	708.222
Prefixados (BNDES)	1.251	-	83	(60)	(1.088)	186
Prefixados (FINAME)	159	-	7	(5)	(148)	13
Arrendamento mercantil	7.921	-	661	(226)	(3.484)	4.872
Total	1.088.794	311.100	91.878	(85.603)	(228.635)	1.177.534

						Consolidado
Descrição	**Saldo em 31/12/2019**	**Captações**	**Juros provisionados**	**Juros liquidados**	**Liquidação principal**	**Saldo em 31/12/2020**
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Moeda estrangeira	464.241	45.000	12.439	(56.705)	(367.440)	97.535
Moeda nacional	747.267	780.411	54.003	(44.386)	(654.329)	882.966
Depósitos interfinanceiros	755.357	656.954	36.958	-	(571.827)	877.442
Prefixados (BNDES)	186	-	10	(2)	(194)	-
Prefixados (FINAME)	130	-	29	(1)	(105)	53
Arrendamento mercantil	4.872	-	346	(280)	(2.780)	2.158
Total	1.972.053	1.482.365	103.785	(101.374)	(1.596.675)	1.860.154

						Consolidado
Descrição	**Saldo em 31/12/2018**	**Captações**	**Juros provisionados**	**Juros liquidados**	**Liquidação principal**	**Saldo em 31/12/2019**
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Moeda estrangeira	516.413	-	19.874	(10.333)	(61.713)	464.241
Moeda nacional	629.129	343.600	74.159	(87.490)	(212.212)	747.267
Depósitos interfinanceiros	834.374	75.005	56.714	(160)	(210.576)	755.357
Prefixados (BNDES)	1.252	-	83	(61)	(1.088)	186
Prefixados (FINAME)	341	-	30	(5)	(236)	130
Arrendamento mercantil	7.920	-	663	(226)	(3.485)	4.872
Total	1.989.429	418.605	151.523	(98.194)	(489.310)	1.972.053

As obrigações de arrendamento financeiro são garantidas por meio de notas promissórias, estando registrada pelo seu valor justo, e apresentam o seguinte prazo de realização:

	Consolidado	
	2020	**2019**
	Reapresentado	Reapresentado
2020	-	2.540
2021	1.580	1.736
2022	578	596
Total	2.158	4.872

19. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas constituem provisão para contingências relativas a processos fiscais, trabalhistas e cíveis com base na avaliação de risco efetuada pela Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos. A provisão registrada nas demonstrações financeiras é considerada adequada pela Administração para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho dos processos em andamento.

O Grupo apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Controladora			
	2020		**2019**	
	Reapresentado		Reapresentado	
	Depósitos judiciais	**Montante provisionado**	**Depósitos judiciais**	**Montante provisionado**
Tributários	7.156	-	7.178	-
Trabalhistas e cíveis	59.764	25.605	58.426	24.769
	66.920	25.605	65.604	24.769
Ativo não circulante	66.920	-	65.604	-
Passivo não circulante	-	25.605	-	24.769

	Consolidado			
	2020		**2019**	
	Reapresentado		Reapresentado	
	Depósitos judiciais	**Montante provisionado**	**Depósitos judiciais**	**Montante provisionado**
Tributários	7.156	441.956	7.178	434.817
Trabalhistas e cíveis	60.202	35.298	58.886	35.235
	67.358	477.254	66.064	470.052
Ativo não circulante	67.358	-	66.064	-
Passivo não circulante	-	477.254	-	470.052

A movimentação dos depósitos judiciais no exercício foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
No início do exercício	65.604	153.485	66.064	154.386
Adições de novos depósitos	5.718	9.738	5.718	9.821
Baixas por perda de causa	(6.016)	(100.415)	(6.058)	(100.993)
Atualização monetária	1.614	2.796	1.634	2.850
No fim do exercício	66.920	65.604	67.358	66.064

A movimentação da provisão para contingências no exercício foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
No início do exercício	24.769	122.736	470.052	550.911
Adições de novas provisões	3.772	5.299	3.002	7.871
Baixa por pagamento	(2.936)	(103.266)	(2.951)	(103.275)
Atualização monetária	-	-	7.151	14.545
No fim do exercício	25.605	24.769	477.254	470.052

(a) Processos tributários

PIS e COFINS

A controlada PEFISA impetrou mandado de segurança questionando a constitucionalidade do alargamento da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, levada a efeito com a promulgação da Lei nº 9.718/98. Requereu, ainda, a declaração de inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, bem como a declaração de seu direito de compensar os valores indevidamente recolhidos. Em 27 de outubro de 2006, a liminar foi deferida determinando a suspensão do recolhimento das contribuições PIS/PASEP e COFINS nos termos da referida Lei. A controlada PEFISA está efetuando o recolhimento das contribuições do PIS/PASEP e da COFINS, de acordo com a liminar obtida e provisionando a diferença em relação ao valor previsto segundo a Lei nº 9.718/98. Em 31 de dezembro de 2020, o montante registrado como provisão para contingências fiscais é de R$ 441.956 (2019 – R$ 434.817).

(b) Processos trabalhistas e cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em outras discussões judiciais e administrativas, trabalhistas e cíveis, para as quais foram consignadas provisões quando julgado que a perda é provável pela Administração, com o suporte dos seus assessores legais. Em 31 de dezembro de 2020, o montante provisionado correspondia a R$ 60.202 (2019 – R$ 58.886).

(c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas fiscal envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, no montante de R$ 781.085 (2019 – R$ 799.436), com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição abaixo por esfera e descrição das principais ações:

	2020	**2019**
Tributários	723.137	733.711
Trabalhistas	18.952	18.602
Cível	38.996	47.123
	781.085	799.436

(i) Auto de infração de IRRF, IRPJ e CSLL

Em 11 de dezembro de 2007, a Companhia foi autuada em relação ao IRRF, ao IRPJ e à CSLL, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 274.501 (2019 – R$ 269.791).

Os advogados responsáveis pela defesa, classificam o risco como possível, razão pela qual, não foi registrada qualquer provisão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Presentemente, as matérias consignadas no auto infracional, estão sendo discutidas na esfera administrativa, não havendo discussão judicial a este tempo.

(ii) Auto de infração de ICMS

Em 9 de dezembro de 2010, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, referente a créditos de ICMS e obrigações acessórias relacionados à importação de mercadorias, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 339.595 (2019 – R$ 335.994). Os advogados responsáveis pela defesa, classificam o risco como possível, razão pela qual não foi registrada qualquer provisão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Presentemente, as matérias consignadas no auto infracional, estão sendo discutidas na esfera administrativa, não havendo discussão judicial a este tempo.

(ii) Ativos contingentes

Existem processos judiciais em que a Companhia atua no polo ativo onde há expectativas de ganho. O ativo contingente torna-se passível de registro somente quando for praticamente certo que o crédito será ganho pela Companhia, normalmente acompanhado de transito em julgado em favor da Companhia. No caso de créditos de imposto de renda e contribuição social, o registro é feito quando for mais provável do que não, que o crédito é devido à Companhia.

Consequentemente, não há ativos contingentes registrados.

(e) Depósitos judiciais e cauções

Está sendo apresentado na rubrica Depósitos judiciais e cauções - consolidado, os valores relativos aos casos em que a Administração da Companhia é solicitada a efetuar depósitos em juízo para recorrer de sentenças em instâncias superiores. A Companhia apresenta no ativo não circulante os depósitos judiciais - consolidado, efetuados para discussão no montante de R$ 67.358 em 31 de dezembro de 2020 (2019 – R$ 66.064), cujo risco de perda é avaliado pelos advogados internos ou externos do Grupo como sendo possível ou remoto.

20. Demais contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Adiantamento de clientes	1.213	2.115	9.318	9.315
Repasses na intermediação de produtos financeiros e serviços (i)	1.648	1.109	1.648	1.109
Aluguéis a pagar (ii)	32.104	20.365	32.104	20.365
Benefício pós-emprego	-	768	-	768
Receita diferida (iii)	146.061	92.159	146.061	97.904
Ação judicial (iv)	46.051	43.145	46.051	43.145
Repasse de recursos (Nota 8)	66.340	81.883	-	-
Empréstimo de mútuo / AFAC (Nota 8)	1.572	1.489	-	-
Outros	44.218	61.903	95.093	90.797
	339.207	304.936	330.275	263.403
Passivo circulante	206.606	159.765	198.880	112.591
Passivo não circulante	132.601	145.171	131.395	150.812

(i) A Companhia intermedia em suas lojas a venda de produtos financeiros e serviços, tais como venda de seguros, garantias e serviços de telecomunicações, o qual é repassado o valor da venda para os parceiros comerciais, em contrapartida a Companhia recebe uma comissão pela intermediação dos serviços.

(ii) Refere-se ao valor dos contratos de arrendamento, cuja contraprestação é variável e, portanto, não estão no escopo do CPC 06 (R3), cuja despesa foi reconhecida de acordo com a sua competência, mas o valor será efetivamente pago no início do mês subsequente.

(iii) Refere-se aos contratos de dez anos, firmados com determinadas instituições financeiras, para a venda de serviços financeiros a clientes da Companhia. O valor de R$ 146.061 (2019 – R$ 92.159) na controladora e consolidado, estão segregados entre outras contas a pagar no passivo circulante, no valor de R$ 82.291 (2019 – R$ 23.574) na controladora e consolidado e no passivo não circulante no valor de R$ 63.770 (2019 – R$ 68.585) na controladora e consolidado.

(iv) A Companhia compõe o polo passivo em uma disputa judicial com duração de mais de 50 anos que envolve o espólio de um antigo sócio. Segundo os advogados responsáveis pelo acompanhamento da disputa judicial, o risco era considerado como possível, razão pela qual, não foi realizado qualquer provisionamento nas demonstrações financeiras anteriores a 2011. Durante o exercício de 2011, em razão das decisões prolatadas no citado processo, o risco passou a ser classificado como provável. A sentença de perda do valor provisionado acima já é líquida e certa, mas ainda é objeto de recurso pelas partes por um possível aumento no valor em discussão. A Administração da Companhia e seus advogados, visando obter sua melhor estimativa quanto às perdas futuras, contratou perito especializado e independente que estimou o valor do risco, em 31 de dezembro de 2011, em R$ 16.549. Em 31 de dezembro de 2020, o valor atualizado corresponde a R$ 44.637 (2019 – R$ 43.145).

21. Obrigações de benefícios de saúde pós-emprego

A Companhia oferecia a seus empregados e ex-empregados benefício de assistência médica que se qualificava como obrigações pós-emprego, de acordo com o preenchimento dos requisitos da Lei nº 9.656/98. Em 31 de dezembro de 2020, esse montante era de R$ 768, reconhecidos como remensuração atuariais no resultado abrangente daquele exercício (2019 – R$ 1.010).

22. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é representado por 150.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 21 de julho de 2020, conforme Ata Geral Extraordinária foi deliberado o aumento de capital no montante de R$ 72.000, mediante a capitalização de parte da reserva de retenção de lucros, passando o valor do capital social a ser R$ 585.000 (2019 – R$ 513.000).

Em 17 de abril de 2019, conforme Ata Geral Extraordinária foi deliberado o aumento de capital no montante de R$ 53.000, mediante a capitalização de parte da reserva de retenção de lucros, passando o valor do capital social a ser R$ 513.000 (2018 – R$ 460.000).

(b) Reserva legal

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, e não poderá exceder a 20% do capital social.

(c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 21 de julho de 2020, conforme Ata Geral Extraordinária foi deliberada a reversão de parte dos dividendos provisionados em 31 de dezembro de 2019, no valor de R$ 14.354.

Em 26 de novembro, conforme Ata Geral Extraordinária, foi deliberada a distribuição de dividendos complementares, no valor de R$ 117.300.

Os dividendos consignados nas demonstrações financeiras e sujeitos à aprovação em assembleia dos acionistas, é como segue:

	2020	**2019**
	Reapresentado	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	147.794	121.342
Lucro líquido – base para cálculo da reserva legal	147.794	121.342
Reserva legal – 5% (iv)	7.390	6.067
Lucro retido – não disponível ao acionista (i)	(137.366)	-
Lucro retido – disponível ao acionista (ii)	170.356	80.172
Lucro retido – não disponível ao acionista (iii)	(54.306)	-
Lucro líquido ajustado – base para cálculo dos dividendos	119.088	195.447
Percentual de dividendos	25%	25%
Dividendos mínimos	29.772	48.862
Dividendos complementares ao mínimo	22.478	15.492
Dividendos propostos	52.250	64.354
Dividendos antecipados	-	(25.000)
Dividendos a distribuir	52.250	39.354

(i) Com a operação imobiliária, a Companhia registrou ganho de capital no montante de R$ 137.366. Os dividendos referentes a esta operação já foram distribuídos.

(ii) A Companhia obteve êxito em ação judicial já transitada em julgado que buscava afastar a exigência da inclusão do valor do ICMS na base de cálculo das contribuições sociais destinadas ao PIS e à COFINS. O montante somente ficará à disposição do acionista para fins de distribuição de dividendos quando da realização via caixa ou compensação deste valor. Em 2020, houve a realização de R$ 170.356 (2019 – R$ 80.172).

(iii) Em 2020, houve efeito de diferenças de práticas contábeis entre a Controladora e a Controlada PEFISA e recálculo do CPC 48/IFRS 9. Esse montante foi excluído para fins de cálculo de dividendos.

(iv) O valor da reserva legal discriminada na demonstração das mutações do patrimônio líquido no montante de R$ 5.448 (2019 – R$ 13.434) correspondem aos valores originalmente aprovados em Assembleia Geral.

(d) Retenção de lucros

Conforme estabelecido pelo artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros (excetuadas as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar) não poderá ultrapassar o capital social da Companhia. Atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

23. Informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido à Administração do Grupo que destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos segmentos operacionais, com o objetivo de auxiliar nas tomadas de decisões estratégicas do Grupo. A Pernambucanas é uma empresa brasileira, dedicada à venda de mercadorias ao setor varejista exclusivamente no mercado interno, tendo também se estruturado para atender à necessidade financeira de seus clientes por meio de sua financeira PEFISA. A Companhia construiu um modelo de negócio integrado e geograficamente estruturado no território brasileiro, atendendo atualmente todas as regiões do país. Seus principais segmentos de negócio podem ser entendidos por:

(i) Varejo: Comércio de artigos de moda, lar e eletroeletrônicos, com foco em consumidores das classes C e D, por meio de lojas físicas e *e-commerce*.

(ii) Produtos e serviços financeiros: Concessão de empréstimos pessoais, financiamento de compras, seguros, emissão e administração de cartões de crédito e contas de pagamento, podendo praticar todas as atividades legalmente admitidas para as sociedades de crédito.

(iii) Outros: Outras atividades no ramo hoteleiro e de incorporação que não atingem parâmetros quantitativos e qualitativos mínimos para apresentação em separado.

(a) Resultados

						2020
	Varejo (*)	**Produtos financeiros (*)**	**Outros**	**Total**	**Eliminações**	**Consolidado**
Receita operacional líquida	2.818.840	893.044	83.208	3.795.092	(107.297)	3.687.795
Custos das vendas	(1.796.099)	(38.881)	(30.910)	(1.865.890)	-	(1.865.890)
Lucro bruto	1.022.741	854.163	52.298	1.929.202	(107.297)	1.821.905
Vendas	(747.663)	(6.606)	(3.378)	(757.647)	38.380	(719.267)
Gerais e administrativas	(367.625)	(211.243)	(27.222)	(606.090)	11.699	(594.391)
Incobráveis baixados	-	(505.840)	(552)	(506.392)	145.453	(360.939)
Depreciação e amortização	(195.990)	(19.129)	(2.394)	(217.513)	-	(217.513)
Participação nos lucros de controladas	54.839	-	-	54.839	(54.839)	-
Outros resultados operacionais	523.466	(125.208)	7.055	405.313	(6.827)	398.486
Resultado gerado pelos segmentos	289.768	(13.863)	25.807	301.712	26.569	328.281
Receitas financeiras	50.493	-	649	51.142	-	51.142
Despesas financeiras	(139.343)	(15)	(3.186)	(142.544)	-	(142.544)
Imposto de renda e contribuição social	(53.124)	4.874	(4.631)	(52.881)	(36.204)	(89.085)
Lucro líquido do exercício	147.794	(9.004)	18.639	157.429	(9.635)	147.794
Participação dos não controladores						(15)
						147.779

						2019
	Varejo (*)	**Produtos financeiros (*)**	**Outros**	**Total**	**Eliminações**	**Consolidado**
Receita operacional líquida	2.946.494	1.088.099	78.325	4.112.918	65.651	4.178.569
Custos das vendas	(1.774.917)	(57.684)	(32.920)	(1.865.521)	-	(1.865.521)
Lucro bruto	1.171.577	1.030.415	45.405	2.247.397	65.651	2.313.048
Vendas	(690.552)	(5.368)	(4.159)	(700.079)	(78.624)	(778.703)
Gerais e administrativas	(359.604)	(191.834)	(33.249)	(584.687)	-	(584.687)
Incobráveis baixados	369	(513.670)	-	(513.301)	(21.876)	(535.177)
Depreciação e amortização	(185.213)	(17.098)	(3.345)	(205.656)	10.946	(194.710)
Participação nos lucros de controladas	76.220	-	-	76.220	(76.220)	-
Outros resultados operacionais	235.394	(166.391)	(1.936)	67.067	17.653	84.720
Resultado gerado pelos segmentos	248.191	136.054	2.716	386.961	(82.470)	304.491
Receitas financeiras	85.880	-	979	86.859	-	86.859
Despesas financeiras	(172.159)	(17)	(3.542)	(175.718)	-	(175.718)
Imposto de renda e contribuição social	(40.570)	(60.649)	6.929	(94.290)	-	(94.290)
Lucro líquido do exercício	121.342	75.388	7.082	203.812	(82.470)	121.342

(*) O total da receita da Companhia é originada basicamente pela sua carteira de clientes pessoa física, e não há nenhum cliente responsável por 10% ou mais do faturamento anual.

(b) Ativos, passivos e patrimônio líquido

					2020
Ativo	**Varejo**	**Produtos financeiros**	**Outros**	**Eliminações**	**Consolidado**
Ativo circulante	2.453.499	2.984.421	151.052	(654.392)	4.934.580
Ativo não circulante	2.999.203	547.326	321.813	(1.011.101)	2.857.241
Total do ativo	5.452.702	3.531.747	472.865	(1.665.493)	7.791.821
Passivo					
Passivo circulante	2.505.469	1.662.924	22.283	(518.291)	3.672.385
Passivo não circulante	1.475.359	1.230.039	81.111	(138.580)	2.647.929
Total do passivo	3.980.828	2.892.963	103.394	(656.871)	6.320.314
Patrimônio líquido	1.471.874	638.784	369.471	(1.008.622)	1.471.507
Total de passivo e patrimônio líquido	5.452.702	3.531.747	472.865	(1.665.493)	7.791.821

					2019
Ativo	**Varejo**	**Produtos financeiros**	**Outros**	**Eliminações**	**Consolidado**
Ativo circulante	2.074.449	3.022.451	325.694	(925.393)	4.497.201
Ativo não circulante	3.093.935	394.316	128.361	(940.849)	2.675.763
Total do ativo	5.168.384	3.416.767	454.055	(1.866.242)	7.172.964
Passivo					
Passivo circulante	2.159.438	1.568.680	19.957	(611.241)	3.136.834
Passivo não circulante	1.553.314	1.200.299	36.317	(209.078)	2.580.852
Total do passivo	3.712.752	2.768.979	56.274	(820.319)	5.717.686
Patrimônio líquido	1.455.632	647.788	397.782	(1.045.924)	1.455.278
Total de passivo e patrimônio líquido	5.168.384	3.416.767	454.056	(1.866.243)	7.172.964

(Continua...)

DocuSigned by:
Gazeta de S.Paulo
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 22:25:23 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

DocuSign Envelope ID: 83D1BF86-D95E-424C-8EEE-3294CC296A0E

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS
ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Receita

A composição das principais receitas da Companhia assim como reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Mercadorias	3.855.384	4.025.358	3.870.099	4.050.050
Ajuste a valor presente das vendas	(8.511)	(11.522)	(8.511)	(11.522)
Serviços financeiros	-	-	1.025.891	1.181.630
Incorporação e revenda de imóveis	-	-	39.255	46.488
Serviços prestados	44.757	54.984	44.944	57.300
Receita bruta de vendas e dos serviços	3.891.630	4.068.820	4.971.678	5.323.946
Descontos concedidos	(123.271)	(131.892)	(128.289)	(131.893)
Impostos incidentes sobre vendas e serviços	(949.519)	(990.434)	(1.155.594)	(1.013.484)
Receita líquida de vendas e dos serviços	2.818.840	2.946.494	3.687.795	4.178.569

25. Informações sobre a natureza das despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Custo das mercadorias vendidas	(1.796.099)	(1.774.917)	(1.865.890)	(1.865.521)
Despesa com pessoal	(603.786)	(592.243)	(650.254)	(637.996)
Encargos de depreciação e amortização	(220.971)	(187.458)	(243.800)	(208.462)
Despesas de transporte	(16.653)	(4.383)	(27.320)	(17.507)
Custos de publicidade	(33.297)	(40.406)	(33.828)	(42.973)
Despesa de ocupação, uso e manutenção	(189.685)	(209.807)	(252.947)	(278.967)
Despesa de comunicação	(9.670)	(10.417)	(18.862)	(21.614)
Incobráveis baixados (líquido das recuperações)	-	369	(360.939)	(535.177)
Outras despesas (inferiores a R$ 3 milhões por rubrica)	(237.216)	(190.655)	(304.160)	(350.581)
Custo total das vendas, despesas de vendas e despesas gerais e administrativas	(3.107.377)	(3.009.917)	(3.758.000)	(3.958.798)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Classificados por função como:	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Custo das mercadorias vendidas	(1.796.099)	(1.774.917)	(1.865.890)	(1.865.521)
Despesa com vendas	(961.582)	(875.926)	(934.191)	(886.986)
Despesas gerais e administrativas	(349.696)	(359.443)	(596.980)	(671.114)
Incobráveis baixados – líquido das recuperações	-	369	(360.939)	(535.177)
Total	(3.107.377)	(3.009.917)	(3.758.000)	(3.958.798)

26. Outros resultados operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Aluguéis recebidos	2.069	2.971	6.069	2.971
Ganho de capital na alienação de bens (nota 15 (c))	218.260	39.120	217.523	39.847
Ganho (perda) na alienação de imobilizado e intangível	2.985	19.125	2.995	19.125
Ganhos em créditos bancários não identificados	855	66	855	66
Resíduos de vale-presente e vale-troca	1.420	332	1.420	332
Produto prime – clube de vantagens	-	17.474	-	17.474
Bonificação por expansão de lojas	36.826	35.432	18.368	19.765
Venda de energia elétrica	2.093	1.417	2.093	1.417
Participação em resultados (i)	124.119	138.319	-	-
Resultado de venda participação societária (ii)	137.048	-	137.048	-
Ajuste a valor justo (AVJ Imóveis)	-	-	1.508	4654
Outras receitas	610	-	13.426	-
Total de outras receitas	526.285	254.256	401.305	105.651
Patrocínio cultural (incentivo fiscal)	(2.819)	(3.414)	(2.819)	(4.926)
Outras despesas	-	(15.448)	-	(16.005)
Total de outras despesas	(2.819)	(18.862)	(2.819)	(20.931)
	523.466	235.394	398.486	84.720

(i) Refere-se à parceria com a Controlada PEFISA, onde são oferecidos aos seus clientes operações de crédito e produtos financeiros, permitidos pela regulamentação do BACEN. Todas as receitas e despesas são divididas entre as empresas, no modelo de *profit sharing*, 50% para cada uma.
(ii) Refere-se à venda da participação societária da ALTSA Propriedades, composta por 66 imóveis, a venda faz parte da reestruturação de capital da Companhia, com o objetivo de reduzir o seu endividamento (Nota 13).

27. Despesas e receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	11.662	14.164	12.598	14.894
Receita financeira de empréstimos para partes relacionadas	124	137	-	-
Variação cambial ativa	-	1.026	-	1.026
Descontos obtidos	10.181	13.934	10.181	13.934
Ajuste a valor presente – contas a receber	8.711	11.919	8.711	11.919
Atualização monetária dos depósitos judiciais	816	799	835	853
Atualização monetária do PIS e da COFINS a compensar sobre redução da base do ICMS	12.899	15.054	12.899	15.054
Atualização monetária INSS a compensar	330	22.934	330	22.934
Outras receitas financeiras	5.770	5.913	5.588	6.245
Total das receitas financeiras	50.493	85.880	51.142	86.859
Empréstimos com partes relacionadas	(306)	(117)	-	-
Empréstimos bancários	(64.101)	(91.878)	(65.687)	(95.460)
PIS e COFINS sobre receita financeira	(14.279)	(13.848)	(14.279)	(13.848)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(29.719)	(43.080)	(29.719)	(43.080)
Juros arrendamento mercantil	(24.708)	(19.699)	(24.708)	(19.699)
Despesas bancárias	(2.480)	(3.062)	(2.583)	(3.187)
Outras despesas financeiras	(3.750)	(475)	(5.568)	(444)
Total das despesas financeiras	(139.343)	(172.159)	(142.544)	(175.718)
Despesas financeiras, líquidas	(88.850)	(86.279)	(91.402)	(88.859)

28. Instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, pois o valor contábil não é materialmente diferente do valor justo.

		Controladora			Consolidado		
		2020			2020		
		Reapresentado			Reapresentado		
Ativos financeiros	Valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	Nível 2	-	754.845	754.845	-	1.559.802	1.559.802
Contas a receber de clientes (Nota 6)	Nível 2	-	761.991	761.991	-	2.394.475	2.394.475
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 10)	Nível 2	25.664	-	25.664	25.664	-	25.664
Outros créditos	Nível 2	-	45.623	45.623	-	152.983	152.983
		25.664	1.562.459	1.588.123	25.664	4.107.260	4.132.924

		Controladora			Consolidado		
		2020			2020		
		Reapresentado			Reapresentado		
Passivos financeiros	Valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 17)	Nível 2	-	1.089.017	1.089.017	-	2.010.372	2.010.372
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	Nível 2	-	933.064	933.064	-	1.860.154	1.860.154
Outros passivos	Nível 2	-	193.146	193.146	-	184.214	184.214
Dividendos a pagar	Nível 2	-	52.250	52.250	-	52.250	52.250
		-	2.267.477	2.267.477	-	4.106.990	4.106.990

		Controladora			Consolidado		
		2019			2019		
		Reapresentado			Reapresentado		
Ativos financeiros	Valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	Nível 2	-	561.752	561.752	-	1.090.673	1.090.673
Contas a receber de clientes (Nota 6)	Nível 2	-	745.121	745.121	-	2.490.432	2.490.432
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 10)	Nível 2	54.475	-	54.475	54.475	-	54.475
Outros créditos	Nível 2	-	49.644	49.644	-	174.318	174.318
		54.475	1.356.517	1.410.992	54.475	3.755.423	3.809.898

		Controladora			Consolidado		
		2019			2019		
		Reapresentado			Reapresentado		
Passivos financeiros	Valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 17)	Nível 2	-	842.616	842.616	-	1.825.361	1.825.361
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	Nível 2	-	1.177.534	1.177.534	-	1.972.053	1.972.053
Outros passivos	Nível 2	-	212.777	212.777	-	165.499	165.499
Dividendos a pagar	Nível 2	-	39.354	39.354	-	39.354	39.354
		-	2.272.281	2.027.811	-	4.002.267	4.002.267

Mensurações de valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:
Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. A Companhia utiliza a técnica de fluxo de caixa descontado para suas mensurações;
Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.
Técnicas de avaliação e *inputs* significativos não observáveis:
Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem:
- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- Fluxos de caixa descontados, que considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco para os instrumentos financeiros remanescentes.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura e modernização de lojas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão.

Política de gestão de riscos

A Companhia está exposta a diversos riscos de mercado, como consequência da sua operação comercial.

(a) Risco de mercado

***(i)* Exposição a riscos cambiais**

O risco cambial da Companhia está relacionado a (i) empréstimos em moeda estrangeira e (ii) na importação de produtos para revenda.

	Controladora				Consolidado			
	2020		2019		2020		2019	
Categoria de instrumentos financeiros	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	47.181	47.181	51.035	51.035	132.777	132.777	128.945	128.945
Contas a receber de clientes (Nota 6)	-	-	-	-	2.083.918	2.083.918	2.274.040	2.274.040
Contas a receber – cartão de crédito e débito (Nota 6)	310.040	310.040	214.828	214.828	310.557	310.557	216.392	216.392
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 6)	451.951	451.951	530.293	530.293	-	-	-	-
Instrumento financeiro derivativo (Nota 10)	25.664	25.664	54.475	54.475	25.664	25.664	54.475	54.475
Aplicações financeiras (Nota 5)	707.664	707.664	510.717	510.717	1.427.026	1.427.026	961.728	961.728
Outros créditos (Nota 11)	45.623	45.623	49.644	49.644	152.983	152.983	174.320	174.320
Total de ativos financeiros	1.588.123	1.588.123	1.410.992	1.410.992	4.132.925	4.132.925	3.809.900	3.809.900

	Controladora				Consolidado			
	2020		2019		2020		2019	
Categoria de instrumentos financeiros	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Fornecedores (Nota 17)	1.089.017	1.089.017	842.616	842.616	2.010.372	2.010.372	1.825.361	1.825.361
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	933.064	984.593	1.177.534	1.270.592	1.860.154	2.072.834	1.972.053	2.042.321
Dividendos a pagar (Nota 22)	52.250	52.250	39.354	39.354	52.250	52.250	39.354	39.354
Demais contas a pagar (Nota 20)	193.146	193.146	212.777	212.777	184.214	184.214	165.499	165.499
Total de passivos financeiros	2.267.477	2.319.006	2.272.281	2.365.339	4.106.990	4.319.670	4.002.267	4.072.535

		2020	2019
Passivos	Fator de risco	Reapresentado	Reapresentado
		R$	R$
Empréstimos em moeda estrangeira	USD	97.535	464.241
Fornecedores e outras contas a pagar	USD	40.058	49.013
Derivativos NDFs	USD	17.230	55.628
		134.823	568.882

Análise de sensibilidade

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos e em 31 de dezembro de 2020 e 2019, que determina o valor justo dos instrumentos financeiros naquelas datas. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano.
A análise de sensibilidade aqui apresentada foi determinada com base no cenário provável considerando as projeções da Companhia para as taxas de câmbio nas datas-base para as operações com moeda funcional Real (antes dos impostos), como segue:

		2020		
		Reapresentado		
			Impacto – Cenários	
Instrumento	Fator de risco	Saldo	25%	50%
	USD	5,197	6,496	7,795
Empréstimos em moeda estrangeira (Nota 18)	Alta do USD	97.535	6.336	7.603
Fornecedores estrangeiros (Nota 17)	Alta do USD	40.059	2.602	3.123
Derivativos *swaps*	Alta do USD	632	41	49
Derivativos NDFs	Alta do USD	121.268	7.857	9.453
		219.435	16.857	20.228

		2019		
		Reapresentado		
			Impacto – Cenários	
Instrumento	Fator de risco	Saldo	25%	50%
	USD	4,031	5,038	6,046
Empréstimos em moeda estrangeira (Nota 18)	Alta do USD	464.241	23.388	28.068
Fornecedores estrangeiros (Nota 17)	Alta do USD	49.013	2.469	2.963
Derivativos *swaps*	Alta do USD	970	49	59
Derivativos NDFs	Alta do USD	38.085	27.825	2.303
		552.309	53.731	33.393

(ii) Riscos de flutuação nas taxas de juros

Esse risco é decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade que trata do risco de taxa de juros considera a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e pelas aplicações financeiras.
O valor contábil dos instrumentos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data dessa demonstração foi:

		2020		
		Controladora Reapresentado		
			Impacto – Cenários	
Instrumento	Fator de risco	Cenário ano	25%	50%
	Taxa CDI	4,50%	5,62%	6,75%
Aplicação financeira (Nota 5)	707.664	31.845	39.771	47.767
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	(933.064)	(41.988)	(52.438)	(62.982)
Impacto no resultado		(10.143)	(12.667)	(15.215)
Impacto no resultado líquido de IR/CS		(6.694)	(8.361)	(10.042)

		2020		
		Consolidado Reapresentado		
			Impacto – Cenários	
Instrumento	Fator de risco	Cenário ano	25%	50%
	Taxa CDI	4,50%	5,62%	6,75%
Aplicação financeira (Nota 5)	1.427.025	64.216	80.199	96.324
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	(1.860.154)	(83.707)	(104.541)	(125.560)
Impacto no resultado		(19.491)	(24.342)	(29.236)
Impacto no resultado líquido de IR/CS		(12.864)	(16.066)	(19.296)

		2019		
		Controladora Reapresentado		
			Impacto – Cenários	
Instrumento	Fator de risco	Cenário ano	25%	50%
	Taxa CDI	4,50%	5,62%	6,75%
Aplicação financeira (Nota 5)	510.717	22.982	28.702	34.473
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	(1.177.534)	(52.989)	(66.177)	(79.484)
Impacto no resultado		(30.007)	(37.475)	(45.010)
Impacto no resultado líquido de IR/CS		(19.804)	(24.734)	(29.707)

		2019		
		Consolidado Reapresentado		
			Impacto – Cenários	
Instrumento	Fator de risco	Cenário ano	25%	50%
	Taxa SELIC	4,25%	5,31%	6,37%
Aplicação financeira (Nota 5)	961.728	40.873	51.068	61.262
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	(1.972.053)	(83.812)	(104.716)	(125.620)
Impacto no resultado		(42.939)	(56.648)	(64.358)
Impacto no resultado líquido de IR/CS		(28.340)	(35.408)	(42.476)

(b) Risco de crédito

As políticas de vendas da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado, por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco).
A Companhia restringe sua exposição aos riscos de crédito associados a crediário próprio, administradoras de cartões de crédito, bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições de primeira linha. Desta forma, a qualidade do crédito dos ativos financeiros e passivos financeiros podem ser avaliados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contas a receber de clientes				
Tipo 1	-	-	778.732	1.003.822
Tipo 2	-	-	837.689	801.224
Tipo 3	-	-	388.138	383.645
Tipo 4	-	-	452.008	749.982
Total	-	-	2.456.567	2.938.673

Os tipos de clientes do contas a receber acima podem ser assim classificados:
Tipo 1 - grupo de clientes com probabilidade menor que 5% de atrasar mais que 60 dias (baixíssimo risco).
Tipo 2 - grupo de clientes com probabilidade de 5% a 34% de atrasar mais que 60 dias (baixo risco).
Tipo 3 - grupo de clientes com probabilidade de 35% a 69% de atrasar mais que 60 dias (médio risco).
Tipo 4 - grupo de clientes com probabilidade maior que 70% de atrasar mais que 60 dias (altíssimo risco).
As disponibilidades, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos do Grupo são transacionados com instituições financeiras com os seguintes *ratings*:

	Consolidado	
	2020	2019
Disponibilidades e aplicações financeiras		
S: brAAA	823.987	642.879
S: brAA+	15.239	35
S: BB-	11.404	49.525
S: brBB-	-	21.413
M: ba2	16	-
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	650.873	357.862
Em caixa nos estabelecimentos comerciais	13.370	18.959
	1.514.889	1.090.673

	Consolidado	
	2020	2019
Arrendamento, empréstimos e financiamentos		
M: Aaa.br	10.064	-
M: ba2	30.096	-
S: BB-	193.082	213.270
S: brAA+	28.382	8.840
S: brAAA	793.284	941.156
S: brBB-	-	22.999
XP Investimentos CCTVM S.A.	539.532	678.178
Rico Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	2.473	6.264
Ourinvest DTVM S.A.	28.633	42.197
Letras de câmbio	59.406	28.717
Itaú Corretora de Valores	60.911	-
BTG Pactual	51.638	-
Poupex	31.251	-
CRI Piratini	29.518	-
Pernambucanas Financiadora S.A.	-	26.250
Arrendamentos	1.153.531	785.963
Outros (substancialmente *leasing*)	1.884	4.181
	3.013.685	2.758.015

As iniciais acima descritas referem-se às agências de risco: M:Mody's; F:Fitch e S:Standard & Poor's.

(Continua...)

DocuSigned by:
Gazeta de S.Paulo
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 22:25:34 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

DocuSign Envelope ID: 83D1BF86-D95E-424C-8EEE-3294CC296A0E

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS
ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(...continuação)

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Risco de liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. Entende-se por riscos de liquidez, a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento do Grupo, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para isso, são mantidos relatórios de Gerenciamento dos Riscos de descasamentos por indexador e data, possibilitando a análise dos riscos de cada entidade do Grupo individualmente e dos riscos da Companhia em termos consolidados.

Especificamente quanto à preservação da liquidez financeira, é mantida uma relação mínima de 1,0 (uma) vez o somatório das necessidades de caixa nos próximos 60 - 90 dias em recursos livres (de liquidez imediata).

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia e do Consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

						Controladora (Reapresentado)
	Valor contábil	**Fluxo de caixa contratual**	**Até 1 ano**	**2-3 anos**	**4-5 anos**	**Mais 5 anos**
Em 31 de dezembro de 2020						
Fornecedores	1.089.017	1.089.017	1.088.484	533	-	-
Empréstimos e financiamentos	933.064	984.593	547.558	365.191	71.844	-
Arrendamentos a pagar	1.153.531	1.153.531	210.812	281.535	260.424	400.760
Demais contas a pagar (*)	193.146	193.146	124.315	68.831	-	-
	3.368.758	3.420.287	1.971.169	716.090	332.268	400.760
Em 31 de dezembro de 2019						
Fornecedores	842.616	842.616	841.978	638	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.177.534	1.270.592	735.256	378.892	143.267	13.177
Arrendamentos a pagar	1.015.095	1.015.096	295.593	281.535	194.825	243.143
Demais contas a pagar (*)	212.777	212.777	136.191	76.586	-	-
	3.248.022	3.341.081	2.009.018	737.651	338.092	256.320

						Consolidado (Reapresentado)
	Valor contábil	**Fluxo de caixa contratual**	**Até 1 ano**	**2-3 anos**	**4-5 anos**	**Mais 5 anos**
Em 31 de dezembro de 2020						
Fornecedores	2.010.372	2.010.372	2.009.725	647	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.860.154	2.072.834	773.646	1.218.638	80.550	-
Arrendamentos a pagar	1.153.531	1.153.531	231.142	281.535	260.424	380.430
Outros passivos (*)	184.214	184.214	116.589	67.625	-	-
	5.208.271	5.420.951	3.131.102	1.568.445	340.974	380.430
Em 31 de dezembro de 2019						
Fornecedores	1.825.361	1.825.361	1.824.730	631	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.972.053	2.042.321	1.294.031	576.446	167.668	13.177
Arrendamentos a pagar	785.962	785.963	138.051	210.218	194.825	242.869
Outros passivos (*)	165.499	165.499	83.272	82.227	-	-
	4.748.875	4.819.144	3.340.084	860.522	362.493	256.046

(*) Não inclui receita diferida relativa a acordos comerciais com terceiros no valor total de R$ 146.061 (2019 – R$ 92.159) na Controladora, e R$ 146.061 (2019 – R$ 92.159) no Consolidado.

(d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ele associada.

A Companhia tem utilizado capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Total dos empréstimos (Nota 18)	933.064	1.177.534	1.860.154	1.972.053
Passivo arrendamento	1.153.531	1.015.095	1.153.531	785.962
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	754.845	561.752	1.559.802	1.090.673
Dívida líquida	1.331.750	1.630.877	1.453.883	1.667.342
Total do patrimônio líquido	1.471.874	1.455.632	1.471.507	1.455.278

29. Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme Estatuto Social. O lucro diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas pela quantidade de ações sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as ações da Companhia não possuíam qualquer efeito dilutivo, e encontram-se divulgados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	Reapresentado	Reapresentado
Numerador básico / diluído	**2020**	**2019**
Lucro líquido do exercício	147.794	121.342
Quantidade de ações – mil	150.000	150.000
Lucro líquido básico por ação – R$	0,9853	0,8089

30. Limites operacionais (acordo da Basileia)

A controlada PEFISA está enquadrada nos limites de risco estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

31. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Existe uma política de contratação de cobertura de seguros para estoques, bens do imobilizado e propriedades para investimento sujeito a riscos. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

		Montante da cobertura	
Bens segurados	**Riscos cobertos**	**Controladora**	**Consolidado**
Patrimônio e estoques	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/vendaval a fumaça/lucros cessantes	371.715	386.515
Bens e mercadorias	Transporte internacional importação	25.160	25.160

32. Eventos subsequentes

A Companhia vem trabalhando forte na expansão de sua estrutura mercadológica e, com isso, em 2021 foram inauguradas 56 lojas em 4 novos Estados e consolidação da marca em todas as regiões do país. Outro fato importante foi a venda de 41 imóveis que se concretizou em outubro de 2021. A Companhia fechou uma importante parceria com a Autopass (Cartão Top), objetivando ampliar a sua base de clientes em sua rede de lojas.

MARTIN MITTELDORF
Diretor-Presidente

RICHARD RAINER
Diretor Vice-Presidente

DIRETORIA EXECUTIVA

SÉRGIO ANTONIO BORRIELLO
Diretor-Superintendente

ABENER BÔA
Contador CRC 1SP095415/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos atenção à nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os assuntos descritos na referida nota explicativa. Adicionalmente, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados pelos mesmos motivos, como previsto no CPC 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Em 30 de março de 2021 emitimos relatório de auditoria com modificação sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas, que ora estão sendo reapresentadas. Consequentemente, a ressalva relacionada com a reavaliação do imobilizado, contida em nosso relatório anteriormente emitido, não é mais necessária e, portanto, nosso novo relatório, que substitui o anterior, não contém qualquer modificação. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Perdas estimadas em crédito	
Veja a Nota 06 das demonstrações financeiras consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
Conforme divulgado na nota explicativa 06, a Companhia realiza vendas a consumidores que são, em sua maioria, pessoas físicas e oferece crédito a tais consumidores por meio da emissão de cartões de crédito através da controlada direta Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("PEFISA"). Esses créditos estão sujeitos às análises de perdas esperadas conforme definido pelo NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, sendo passíveis de redução mediante reconhecimento de provisão para as perdas estimadas em crédito. Consideramos a provisão para perdas estimadas em crédito como um principal assunto de auditoria, uma vez que é uma estimativa que requer julgamento significativo da administração, além de envolver um conjunto de fatores a serem considerados na determinação do seu valor, tais como: níveis de inadimplência, políticas de renegociação e o histórico da qualidade da carteira. Adicionalmente, consideramos a relevância dos montantes envolvidos, pulverização das operações (saldos individuais com valores não significativos) e o alto volume de transações.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o teste da conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; a análise da razoabilidade da política adotada pela Companhia e sua aderência às práticas contábeis adotadas no Brasil e às IFRS; o recálculo da provisão com base na política estabelecida que inclui, entre outros aspectos, considerações em relação aos níveis de risco de crédito e atraso de pagamento das operações, recálculo da perda esperada, incluindo a análise amostral de clientes, para avaliação dos níveis individuais de risco; discussões periódicas com a administração; e análise quanto à adequação das respectivas divulgações em notas explicativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas estimadas em crédito, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas e premissas adotadas na mensuração e registro da provisão pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.
Mensuração do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso, conforme o CPC 06 (R2) / (IFRS 16)	
Veja a Nota 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
Conforme descrito na nota explicativa 15, a Companhia possui registrados ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para os contratos abrangidos pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía saldo de ativo de direito de uso de R$ 1.077 mil na Controladora e no Consolidado, além de passivo de arrendamento de R$ 1.154 mil na Controladora e no Consolidado. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos montantes envolvidos, tanto em relação aos saldos patrimoniais quanto sobre o resultado do exercício, bem como às incertezas inerentes a esse tipo de cálculo e o grau de julgamento necessário que deve ser exercido pela administração na determinação das premissas relevantes, as quais incluem, entre outras, a taxa de desconto utilizada.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: avaliação sobre as principais premissas utilizadas referentes a prazo de arrendamento, taxa de desconto e valores das contraprestações, além da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia para mensuração dos impactos contábeis; análise do teste de voucher de contratos de arrendamento da Companhia, além da verificação da aderência destes contratos ao escopo da norma. Testamos também a razoabilidade dos critérios adotados pela Companhia para uma amostra de contratos selecionados de forma aleatória, considerando as informações dos contratos e de seus aditivos, além de recalcular os montantes mensurados pela Companhia para estas transações. Por fim, examinamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o assunto nas notas explicativas, incluindo os requerimentos do CPC 06 / (IFRS 16) e as orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os registros contábeis preparados pela Administração para mensuração dos impactos do CPC 06 / (IFRS 16) nos contratos de arrendamento, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 15, no contexto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de abril de 2022.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Márcio Serpejante Peppe
Contador CRC 1SP233011/O-8

DocuSigned by:
Gazeta de S.Paulo
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 22:25:46 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*